

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CANOINHAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARTA BORGES MAIA

**A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NAS GÊMEAS DO
IGUAÇU: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU**

CANOINHAS – SC
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARTA BORGES MAIA

**A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NAS GÊMEAS DO
IGUAÇU: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do
Contestado, como exigência parcial à
obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional, sob a orientação do Prof. Dr. Armino José Longhi.

CANOINHAS – SC
2009

**A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO
AGRONEGÓCIO NAS GÊMEAS DO IGUAÇU: UM ESTUDO DE CASO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA
UNIGUAÇU**

MARTA BORGES MAIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e aprovada na sua versão final em **18 de dezembro de 2009**, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Contestado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Armindo José Longhi
Orientador

Prof. Dr. José Fagundes
Membro

Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner
Membro

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação, contou com a colaboração, consciente ou inconsciente, de um conjunto amplo de familiares, colegas, alunos e instituições, aos quais agradeço sinceramente;

Agradecer primeiro à Deus, já uma constante, obrigado Senhor por sua permanente companhia e sua imensa proteção;

Aos pais de meus pais, que proporcionaram aos meus pais valores que pelos quais eu fui educada;

Ao meu Orientador;

Aos membros da Banca.

*Dedico este trabalho aos
meus familiares, aos
amigos, e, principalmente a
Deus, pois, todos foram
muito importantes, mesmo
nas horas mais difíceis, pois
eles me fortaleceram,
permitindo-me chegar ao fim
de mais esta etapa de minha
vida.*

*Economia freqüentemente não tem
relação com o total de dinheiro
gasto, mas com a sabedoria
empregada ao gastá-lo.*

HENRY FORD

RESUMO

O agronegócio atualmente constitui-se em um importante setor da economia nacional há alguns anos, não só pela renda gerada, mas também pela geração de empregos. Tornando-se, assim, campo fértil para o desenvolvimento de uma dada região. Entretanto, os empregos gerados requerem, cada vez mais, profissionais qualificados e com novas habilidades, uma vez que as empresas de agronegócio atuam em um mercado global e competitivo. O profissional que as empresas necessitam para atuar no agronegócio deve apresentar um perfil marcado por uma visão estratégica que perpassa diferentes atividades econômicas, tal como as matérias-primas agrícolas que se transformam em diferentes produtos. O tema a ser trabalhado neste texto trata da capacitação profissional para o desenvolvimento do agronegócio nas gêmeas do Iguaçu: um estudo de caso do curso de graduação em Administração em Agronegócios da Uniguaçu, desde a formação da primeira turma de graduados em 2005 até o ano de 2008. Assim, nesse olhar especial para o do ensino ministrado no ensino superior pretende-se explorar o contexto gerado, ou seja, compreender os principais fatores que contribuíram para que a formação em Administração com Ênfase em Agronegócios contribuísse à qualidade do ensino e preparação dos egressos para o mercado de trabalho e sua lógica intrínseca. Buscando ampliar e aprofundar esse debate, este trabalho discute a evolução e a importância do agronegócio, partindo de um recorte a fim de verificar como a oferta em termos de curso de graduação em uma faculdade do interior do estado do Paraná contribuiu com a formação de profissionais para atuar nesse segmento, em que cada vez mais tem demandado profissionais qualificados, lembrando que, como destacado neste estudo, todos passam por um período de adaptação: mercado, escolas superiores, profissionais do agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio; Ensino Superior; Habilidades e Competências; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

Agrobusiness nowadays it constitutes in an important sector of the national economy there is some years, not only by the generated lace, but also by the employments procreation. Becoming, this way, fertile field for the development of one given region. However, the generated jobs request, more and more, professionals qualified and with new abilities, once Agrobusiness' Companies act in a global and competitive market. The professional who the companies need to act in Agrobusiness should present a profile marked by a strategic vision that passes by different economic activities, just as the agricultural raw materials that are transformed in different products. The theme they worked being on this text care for the professional qualifying for Agrobusiness' Development in Iguaçu's Twins: A study of graduation course case in Administration in Agrobusiness of the Uniguaçu, since the first group formation of graduated in 2005 until year of 2008. This way, in this special look for the of the teaching administered in the higher education it intends to explore the generated context, in other words, comprehend the main factors that contributed so that the formation in Administration with Emphasis in Agrobusiness contributed to the egress teaching and preparation quality for the labor market and its inherent logic. Seeking to enlarge and to deepen that debate, this work argues the evolution and Agrobusiness' Importance, leaving from a cutting in order to verify as the offer in terms of graduation course in a state interior faculty of Paraná contributed with professionals' formation to act in this segment, in which it more and more has been demanding professionals qualified, remembering that, as detached in this study, all of them pass by an adaptation period: Market, superior, professional schools of Agrobusiness.

Keywords: Agrobusiness; Higher education; Abilities and Competences; Labor market.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1 O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO.....	19
1.1 O CONCEITO DE AGRONEGÓCIO	19
1.2 NO BRASIL	21
1.3 AGRONEGÓCIO NAS GÊMEAS DO IGUAÇU	24
1.4 A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	26
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	29
2.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL.....	29
2.2 A NOVA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	37
2.3 MOBILIDADE SOCIAL	41
2.4 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	43
3 O ENSINO SUPERIOR EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL	46
3.1 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS.....	46
3.2 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIOS.....	48
3.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FORMADO EM ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS	50
3.4 A COLABORAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	51
4 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU	54
4.1 A UNIGUAÇU	54
4.2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU	55
4.3 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIOS.....	57

4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	59
5 ESTUDO COM OS EGRESSOS (2005-2008) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU	61
5.1 MATERIAIS E MÉTODOS	61
5.2 TIPO DE PESQUISA	62
5.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	63
5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	65
5.4.1 Entrevistas com egressos	65
5.4.2 Entrevistas com as empresas	79
5.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO A – HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	98
ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – EGRESSOS.....	100
ANEXO C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – EMPRESAS.....	102
ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação do trabalho com o Agronegócio	66
Figura 2 – Função que desempenha	67
Figura 3 – Fatores importantes para ingressar no setor de agronegócio.....	68
Figura 4 – Aponte os fatores que contribuíram para você se manter no mercado de trabalho	69
Figura 5 – O curso de graduação realizado na Uniguaçu contribuiu para o crescimento profissional e desempenho profissional	71
Figura 6 – Antes da sua graduação você trabalhava?	72
Figura 7 – Antes da graduação em Administração qual era a sua renda?.....	73
Figura 8 – Se teve alteração salarial, para quanto sua renda aumentou?.....	74
Figura 9 – Salário real por grupo de educação em 2006	75
Figura 10 – Em qual área você trabalhava?	76
Figura 11 – Se mudou de área, em qual área você esta atuando?	77
Figura 12 – Você está satisfeito com seu emprego?	78
Figura 13 – Pretensão de curso após ter concluído o curso de graduação	79
Figura 14 – Ramo de atividade	80
Figura 15 – Tamanho da empresa	80
Figura 16 – Competências Desenvolvidas – Conceito 0	82
Figura 17 – Competências Desenvolvidas – Conceito 1	83
Figura 18 – Competências Desenvolvidas – Conceito 2	84
Figura 19 – Competências Desenvolvidas – Conceito 3	85

LISTA DE SIGLAS

CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CEPA	-	Centro de Psicologia Aplicada
CIASC	-	Centro de Informática e Automação de SC
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	-	Cadeia de Produção Agro-Industrial
CSA	-	<i>Commodity System Approach</i>
DA's	-	Diretórios Acadêmicos
DCE's	-	Diretórios Centrais dos Estudantes
EPAGRI	-	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPB	-	Estudo de Problemas Brasileiros
EUA	-	Estados Unidos da América
FGV	-	Fundação Getulio Vargas
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
GED	-	Programa de Gratificação e Estímulo à Docência
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	-	Instituição de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITA	-	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias

MEC	-	Ministério da Educação
MP	-	Medida provisória
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
PEA	-	População Economicamente Ativa
PEC	-	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	-	Produto Interno Bruto
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PPP	-	Parcerias Público-Privadas
PR	-	Paraná
PROUNI	-	Projeto Universidade para Todos
PT-PR	-	Partido dos Trabalhadores - Paraná
RAIS	-	Relação Anual de Informações Sociais
RFFSA	-	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SC	-	Santa Catarina
SBPC	-	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	-	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMESP	-	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINAES	-	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UNIGUAÇU	-	Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu
USAID	-	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	-	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

No despertar do novo milênio, é imprescindível, uma reflexão sobre o papel da educação enquanto protagonista de histórias pessoais e sociais, ressaltando a importância do compromisso com o despertar da cidadania, da valorização do ser e do seu entorno, na intenção de superar as desigualdades intrínsecas à sociedade e promover seu desenvolvimento auto-sustentável.

O atual contexto socioeconômico e competitivo, vivido em escala global vem provocando uma revolução inquestionável. A nova sociedade está fundamentada na era do conhecimento e da informação e, a ciência e a inovação tecnológica constituem as peças chave para o desenvolvimento como afirma Delors:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (2003, p.82).

As rápidas transformações que ocorreram nos campos do trabalho, da tecnologia, da informação e da comunicação, acabaram por incidir fortemente na educação, aumentando o desafio de torná-la uma conquista democrática efetiva.

Este panorama de profundas mudanças tem sido notado a partir do último quarto de século, pois como indica Yarzabal (2002, p.25) este período “tem sido de excepcional velocidade, intensidade e alcance das transformações nas ordens científicas, tecnológicas”.

Os empregos gerados atualmente requerem, cada vez mais, profissionais qualificados e com novas habilidades, uma vez que as empresas de agronegócio atuam em um mercado global e competitivo. Mas, as habilidades exigidas vão além daquelas ditas técnicas, as empresas demandam profissionais com facilidade de relações interpessoais e comunicativas.

Sobre a importância da educação neste cenário que se desenhou nas últimas décadas, Longhi acrescenta que:

A ação educativa ocorre em todas as etapas do processo educativo da sociedade. O que distingue um nível da organização sistêmica do outro é a predisposição dominante da ação educativa. Em determinados níveis, a ação educativa poderá acentuar mais o seu caráter formativo. Em outros níveis ela poderá orientar-se mais pelo seu caráter instrucional ou informativo. Como observamos no primeiro esclarecimento, a ação educativa nunca ocorre de forma pura, ou seja, somente formativa, instrucional ou informativa. Essa tipologia se propõe a analisar, de forma mais apropriada, os níveis atendidos pela instituição escolar, cuja função é predominante produzir ações formativas (2008, p.165)

Voltamos agora nosso foco para o Ensino Superior, pois este se insere no contexto global que determina e é determinado pela ação dos sujeitos que nela atuam, pois constitui um processo de busca, de construção científica e de crítica ao conhecimento produzido, ou seja, ao seu papel na construção da sociedade (PIMENTA, 2002, p.161).

Nesta nova visão sobre a importância do Ensino Superior perante as transformações ocorridas na sociedade moderna, Schwartzman, observa que no Brasil esta nova visão do Ensino Superior é a visão de que as universidades devem ser um instrumento para a introdução e difusão dos conhecimentos e profissões novas (basicamente a engenharia, a administração e a medicina de base científica e experimental) e acrescenta:

Agora a universidade não se limita, simplesmente, a retransmitir e reproduzir os conhecimentos existentes, mas deve produzir novas competências, e, desta forma, abrir espaço na sociedade para novas elites, alterando, desta forma, a ordem social anterior. As universidades tradicionais sempre resistiram a esta passagem, e por isto mesmo terminaram sendo pressionadas para mudar, seja por governos desejosos de quadro com as novas competências, seja por novos grupos sociais interessados em abrir espaços através de novos conhecimentos, e da legitimação e prestígio que as universidades proporcionam. Em muitos países, como na Alemanha ou Inglaterra, a engenharia jamais chegou a penetrar nas universidades, ficando restrita a escolas técnicas isoladas, sem jamais atingir o prestígio e o reconhecimento social típico dos países de influência francesa (SCHWARTZMAN, 1988, p.17).

Entretanto, as Instituições de Ensino Superior (IES) que têm sido

chamadas a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País, em particular das regiões onde se encontram localizadas, pois como Delors descreve:

As Instituições de Ensino Superior estão extraordinariamente colocadas para, explorando o fenômeno da globalização, atendendo o “déficit de conhecimentos” e enriquecerem o diálogo entre povos e entre culturas. A cooperação transcende as fronteiras nacionais e constitui um instrumento poderoso para a internacionalização da pesquisa, da tecnologia, das concepções, das atitudes e das atividades. Porém, a concentração da pesquisa e dos meios a ela ligados constitui um desafio ao desenvolvimento sustentável dos menos avançados economicamente (2003, p.145).

É inegável a importância social e cultural das IES, como formadoras de mão-de-obra altamente especializada, profissionalmente adaptada ao mercado e preparadas para o exercício de sua especialidade, pois como salienta Frigotto:

[...] a capacidade intelectual, à produção por meio da informatização auxilia na inovação tecnológica e gera mais flexibilidade, agilidade e rapidez, na difusão do conhecimento. Esta demanda valoriza a educação e o fator trabalho, já que o que se espera do novo profissional formado pelas IES é uma qualificação polivalente, flexível, e que lhe garanta uma fácil adaptação ao ambiente organizacional onde está inserido tendo como conhecimento uma visão holística de todo o processo (1995, p.45).

Neste contexto, em se tratando de capacitação, muitos caminhos podem ser percorridos, mas, o melhor sempre é aquele que guia um profissional, não apenas como especialista, mas, também, como membro de uma sociedade, corroborando com o desenvolvimento local, tendo como resultado o seu conhecimento generalista.

O presente estudo tem como objetivo analisar se o Ensino Superior em agronegócio ministrado em União da Vitória e sua contribuição para as cidades Gêmeas do Iguaçu¹ estão proporcionando formação adequada às necessidades dos vários setores que compõem o sistema agroindustrial da

¹ O termo “Gêmeas do Iguaçu” é dada pela caracterização da divisa entre os Municípios de União da Vitória no Paraná e Porto União, em Santa Catarina, feita apenas pela linha divisória que é dada na parte leste pelo rio Iguaçu, após a ponte de ferro na parte central pelos trilhos da RFFSA, e na parte oeste pela antiga estrada de Palmas.

região visando identificar a situação dos egressos de Administração com Ênfase em Agronegócio, desde a formação da primeira turma de graduados em 2005 até o ano de 2008 no mercado de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico da Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC. Especificamente pretende-se através deste estudo:

- Identificar o perfil do egresso de Administração com Ênfase em Agronegócios;
- Descrever a evolução profissional do egresso do curso de administração com ênfase em agronegócios, desde o seu ingresso no curso de graduação até o ano de 2008;
- Avaliar a participação profissional do egresso do Agronegócio no setor de Agronegócio da região de União da Vitória-PR e Porto União - SC.
- Identificar a influência da participação efetiva do egresso do curso de Administração com Ênfase em Agronegócios no mercado de trabalho, em virtude das inovações e incremento de habilidades e competências trazidas pela sua formação na referida graduação.

O setor agropecuário no Vale do Iguaçu ainda é caracterizado por um grande número de produtores que vivem uma atividade de subsistência, com baixos índices de gestão agroindustrial e conseqüente baixa rentabilidade, não sendo observado o mesmo índice de desenvolvimento encontrado em outras regiões do país, acrescendo a este fato o êxodo rural, que ainda persiste, principalmente entre a nova geração de agricultores, em que parte continua buscando o futuro nas grandes cidades.

O agronegócio tem se mostrado um dos setores mais importantes da economia brasileira há alguns anos, não só pela renda gerada, mas também pela geração de empregos. Tornando-se, assim, campo fértil para o desenvolvimento de uma dada região.

Em pesquisas divulgadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/FGV), sobre os micros e pequenos estabelecimentos agropecuários, obtidos do relatório Agroanalysis, onde se encontram informações importantes sobre o setor a ser pesquisado, demonstrando a complexidade do setor no que diz respeito a mão-de-obra, condições de produção, utilização de insumos, tecnologias na produção e

comercialização dos produtos (CALDAS, 1998).

Ressalta-se aqui, que o relatório chama atenção para as principais necessidades para melhorar o desempenho da atividade: acesso a informações, assistência técnica, treinamento gerencial, treinamento da mão de obra e acesso às novas tecnologias.

Depreende-se dessas considerações que há falta de visão de mercado e desconhecimento, por partes de várias instituições, de mecanismos apropriados de comercialização para os produtos gerados, além de reduzida conscientização e motivação para a qualidade e produtividade na maioria das empresas agroindustriais rurais. Há também, segundo fala de economistas, limitação de crédito e condições inadequadas à situação econômico-financeira dos tomadores de pequeno porte, gerando grande instabilidade na produção.

O referencial teórico acerca desta discussão apresentado neste estudo mostra o ambiente organizacional em suas várias faces, tanto do Agronegócio quanto do Ensino Superior, em seguida os aspectos que contribuem no desenvolvimento do Agronegócio e, por fim, será focada a sua evolução e desenvolvimento no contexto brasileiro e regional.

Percebe a partir de então que o novo contexto aponta para a necessidade de um estudo direcionado, que objetiva identificar estas transformações no agronegócio brasileiro, demonstrando o perfil dos profissionais demandados pelas empresas que atuam no sistema agroindustrial brasileiro e confrontá-lo com a formação de Ensino Superior que está sendo oferecida nesta área.

A globalização dos mercados e o novo perfil da sociedade, onde estão inseridas as organizações e seus setores de atuação, exige que todos os envolvidos no processo saibam reconhecer quais os setores socioeconômicos que auxiliam no desenvolvimento das regiões e como eles subsistem às crises.

Cabe salientar que a Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu a descentralização da União, autonomia aos municípios para que esses gerissem os seus próprios negócios. Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior aliaram-se aos órgãos públicos e privados municipais contribuindo, desta forma para tal desenvolvimento.

Como metodologia, utilizou-se para a elaboração deste estudo inicialmente pesquisa de cunho teórico-bibliográfico realizado através de consulta a publicações inerentes aos temas Agronegócio e Ensino superior (livros, artigos, periódicos e publicações especializadas e internet) e, a seguir sendo realizada a pesquisa do tipo quali-quantitativa considerada descritiva/exploratória de estudo de caso.

Desta forma, o presente estudo apresenta-se da seguinte forma: primeiramente a introdução apresenta um enfoque sobre o objeto a ser estudado e os objetivos pretendidos. No segundo capítulo, é apresentado um arcabouço teórico sobre o agronegócio tratado sob os enfoques geral e regional. O terceiro capítulo apresenta uma abordagem sobre o Ensino Superior no Brasil e o seu desenvolvimento nas últimas décadas, tem conseguinte, no quarto capítulo um breve estudo sobre o Ensino Superior em Agronegócio. A seguir o quinto capítulo apresenta o Curso de Administração Com Ênfase em Agronegócios da Uniguaçu e no sexto capítulo é apresentada a pesquisa realizada junto aos egressos do curso e empresas do setor de Agronegócio da região das Gêmeas do Iguaçu e os resultados obtidos. O estudo é finalizado com as considerações finais, avaliando e validando os resultados obtidos pelo presente estudo.

Assim, nesse olhar especial para o Ensino Superior pretende-se explorar o contexto gerado, ou seja, apreender os impactos que a formação em Administração com Ênfase em Agronegócios causou em relação à qualidade do ensino e preparação do egresso para o mercado de trabalho e sua lógica intrínseca.

1 UM BREVE OLHAR SOBRE O AGRONEGÓCIO

1.1 O CONCEITO DE AGRONEGÓCIO

Para iniciarmos nosso estudo, primeiramente devemos entender o que é o Agronegócio e a sua relevância dentro do contexto econômico.

O termo Agronegócio advém da palavra inglesa *Agribusiness* ou *Agrobusiness* e que designa a atividade econômica de setores dedicados simultaneamente à produção, industrialização e distribuição de produtos agrícolas (WIKIPÉDIA, 2009), sendo, portanto diferente² de Sistema Agroindustrial, Complexo Agroindustrial e Cadeia de Produção Agroindustrial.

O agronegócio surgiu da necessidade de transformações profundas no sistema de produção da agropecuária, apontando para um novo modelo produtivo em face às mudanças estruturais que estão acontecendo no mundo, nas últimas décadas tais como a globalização, a disponibilidade de novas tecnologias, a crise dos mecanismos tradicionais de política agrícola, a idéia de agregar valor aos produtos (ARRUDA, 2007, p.3).

Padilha Júnior (2008) ao descrever sobre os problemas ligados ao agronegócio aponta, no cenário internacional, para dois principais conjuntos de idéias que geraram metodologias de análise distintas entre si:

- A primeira delas teve origem nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Harvard, através dos trabalhos de Davis e Goldberg. Coube a esses dois pesquisadores a criação do conceito de agronegócios e, através de um trabalho posterior de Goldberg, a primeira utilização da noção de *Commodity System Approach* (CSA).
- A segunda, originada durante a década de 60 desenvolveu-se no âmbito da escola industrial francesa a noção de *analyse de filière*. Embora o conceito de *filière* não tenha sido desenvolvido especificamente para estudar a problemática agro-industrial, foi entre

² Batalha (2008, p.10) descreve que no Brasil a literatura sobre o tema tem feito grande confusão entre as expressões citadas, pois embora relacionadas ao mesmo problema, representam espaços de análise diferentes e presta-se a diferentes objetivos, ou seja, cada uma refletindo um nível de análise do Sistema Agroindustrial.

os economistas agrícolas e pesquisadores ligados aos setores rural e agroindustrial, que ele encontrou seus principais defensores. Com o sacrifício de algumas nuances semânticas, a palavra *filière* será traduzida para o português pela expressão cadeia de produção e, no caso do setor agro-industrial, Cadeia de Produção Agro-Industrial ou simplesmente Cadeia Agro-Industrial (CPA).

O conceito de agronegócio não se resume somente ao produtor de alimentos, pois segundo a literatura uma vasta gama de atividades se encaixa ao termo, ex: o criador de gado, cujo rebanho pasta em vastas propriedades ou o criador de minhocas de uma pequena chácara estão no ramo. O Agronegócio, conforme explica Gonçalves (2007), é dividido comumente em três partes distintas, a saber:

- Negócios agropecuários propriamente ditos: também chamados de "dentro da porteira" que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas);
- Negócios à montante: também chamados "da pré-porteira" aos da agropecuária, representados pela indústria e comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários. Por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, maquinário de diversos portes (tratores, colheitadeiras, dentre outros), etc.;
- Negócios à jusante dos negócios agropecuários: São chamados de negócios "pós-porteira", aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais. Por exemplo, os frigoríficos, as fábricas de fiação, tecelagem e de roupas, os curtumes e as fábricas de calçados, os supermercados e varejistas de alimentos etc.

O agronegócio, portanto designa as transformações na produção agrícola com a crescente inter-relação entre a agricultura, indústria e serviços, estando inserido na lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo no campo.

A concepção de agronegócio, difundido no Brasil, a partir da década de 1980, possui sua base pautada nas formulações realizadas no ano de

1957 por Jonh Davis e Ray Goldberg, chamado *Concept of Agribusiness* em que estudaram as transformações na agropecuária modernizada dos Estados Unidos, em um contexto mais amplo do processo produtivo.

1.2 NO BRASIL

O Agronegócio dentro do contexto econômico-social possui lugar de destaque, pois tem se mostrado um dos setores mais importantes da economia brasileira, não só pela renda³ gerada, mas também pela geração de empregos⁴, pois como afirma Barros (2006):

A saga do agronegócio brasileiro infla o orgulho nacional. Afinal, depois muito tempo nos damos conta de que não nos destacamos apenas pelo puro extrativismo (do ouro e pedras preciosas), pelo talento inato de nossa gente – no futebol, na música e no carnaval – ou dádivas da natureza – do sol e das praias maravilhosas. Somos imbatíveis também na produção de bens extremamente necessários para a população mundial: alimentos, madeiras, fibras e energia renovável.

Fuscaldi e Oliveira (2005) salientam que a explosão do crescimento recente da agricultura brasileira se deu praticamente entre as safras 2000-2001 e 2003-2004 e que, para se obter uma melhor análise dessa evolução, o período em questão será dividido em dois momentos:

- O primeiro momento vai da safra 1996-1997 e 1999-2000, quando produção cresceu apenas 5,9%, e;
- O segundo momento compreende o período correspondente às safras 1999-2000 e 2003-2004, quando o crescimento foi de 43,5%.

Na maioria das regiões do Brasil, o Agronegócio continuou nos anos seguintes, sendo um dos setores mais eficientes da economia, pois com mostram os dados do IBGE (2005):

³ As riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras (GASQUES *et al.*, 1999).

⁴ A agropecuária é responsável direta pelo emprego de 17,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 24,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Para melhor dimensionamento dessa participação, cabe lembrar que a construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra, ocupa 7% da PEA (IBGE, *apud* GASQUES *et al.*, 1999).

- O Agronegócio respondeu por 34% do PIB nacional;
- Foi responsável por 37% dos empregos;
- Importou o equivalente a R\$ 4,8 bilhões, e exportou R\$ 39 bilhões;
- Dentro do saldo total do comércio exterior brasileiro (de R\$ 36,6 bilhões), o saldo do agronegócio corresponde a 93% (ou R\$ 34 bilhões). O restante da economia nacional responde por apenas 7% (R\$ 2,6 bilhões);
- Nos anos de 2000 a 2005, o saldo das exportações do agronegócio cresceu 159%, em um crescimento médio de 21% ao ano.

Rozenbaum e Leitão (2006) afirmam que estes resultados, com ganhos na produtividade, aumento na área total plantada, devem-se a ampliação da mecanização, aumento do uso de inovações tecnológicas, tais como satélites e computadores para previsões climáticas, uso de sementes geneticamente modificadas e, também, incremento de diversos programas de governo.

Os dados apontam também a crescente inter-relação setorial que passa a existir entre as atividades agrárias e outros setores, ou seja, demonstram o processo de transferência das funções agrícolas para “além da propriedade agrária”.

A importância e o crescimento do agronegócio para a economia brasileira refletem a necessidade de formação de capital humano como fator estratégico para a competitividade do setor.

Araújo (2003) salienta que o crescimento do agronegócio brasileiro está relacionado com a crescente inovação tecnológica desenvolvida para o campo. Acrescenta, ainda, o autor em matéria publicada na Revista Brasileira de Administração que:

O crescimento do agronegócio só foi possível com o emprego nas propriedades rurais do que há de mais moderno em tecnologia voltada para o setor, melhorando sua produtividade e gerando renda. Deve-se valorizar o homem do campo pela sua importância socioeconômica, dando-lhe melhores condições para o desempenho de suas atividades rurais (ARAUJO, 2003).

Barros (2006) salienta que o no Brasil tem contribuído de forma

significativa para baixar o índice de desemprego no país ao destacar que:

A sociedade brasileira como um todo tem se beneficiado de várias maneiras do desempenho que o agronegócio vem apresentando desde a década de 1990. Sua produtividade vem crescendo rapidamente e as reduções de custo de produção têm sido repassadas ao consumidor na forma de preços mais acessíveis. Com isso, o poder aquisitivo das camadas mais pobres da população vem aumentando significativamente, criando, assim, espaço para uma ampliação e diversificação do seu consumo. Mesmo assim, uma expressiva parcela da população ainda passa por carência alimentar, principalmente por limitação de renda (BARROS, 2006).

Com o desenvolvimento do agronegócio no Brasil e no mundo é de suma importância que o administrador tenha uma visão global do assunto, assim tomando decisões que futuramente vão gerar renda a esta organização.

A importância do agronegócio na sociedade e para as divisas brasileiras pode ser compreendida analisando a participação do PIB do agronegócio no PIB total do país. Em 2007, por exemplo, $\frac{1}{4}$ de toda a riqueza produzida no Brasil derivou desse setor. Em termos absolutos, o PIB do agronegócio, que estava por volta dos 360 bilhões de reais na década de 1990, em 2007 ultrapassou a marca dos 450 bilhões – um acréscimo de 30% no período. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, estabelecimentos agropecuários, a agroindústria e subsetores empregavam aproximadamente 25% de todos os ocupados do Brasil, representando absolutamente cerca de 26 milhões de pessoas (IBGE, 2007).

Atualmente, o agronegócio brasileiro é responsável por 42% do PIB nacional, é entendido como o conjunto de relações, comerciais ou industriais, que envolvem a cadeia produtiva agrícola e/ou pecuária no Brasil, envolve, principalmente, pequenos produtores, pois das sete milhões de propriedades rurais do país, 6, 5 milhões são de pequenos produtores (SEBRAE, 2008).

No cenário mundial o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro (RICARDO, 2007).

Moderno e competitivo no cenário internacional, o agronegócio brasileiro é uma atividade rentável e favorecida pelas características naturais do país. O agronegócio tem, hoje, posição de destaque na economia brasileira, sendo o Brasil um dos líderes na produção e exportação de vários produtos agropecuários, como o açúcar, álcool, sucos de frutas, soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro (NEVES; OLIVEIRA, 2007).

Esta “revolução no campo” segundo Rozenbaum e Leitão (2006) deriva do sucesso obtido no agronegócio.

Dentre os destinos das pujantes exportações do agronegócio brasileiro estão, segundo Vargas (2008):

- Países da União Européia com 32,5% das exportações;
- Ásia (excluindo Oriente Médio) com 19,8% das exportações;
- Estados Unidos e Canadá com 15,1%;
- África com 6,5%;
- Mercosul e demais países da América Latina com 4,4%.

Quanto às importações, o autor destaca que 42,6% originam-se do Mercosul; 19,5% da União Européia; 13,9% da Ásia (exceto Oriente Médio); Estados Unidos e Canadá são responsáveis por 11,3% das importações do setor.

1.3 AGRONEGÓCIO NAS GÊMEAS DO IGUAÇU

O Paraná é o principal estado agrícola do país, mas a sobrevivência dos produtores diante da internacionalização dos mercados, principalmente os pequenos, passa pela sua capacidade de agregar valor à produção

De acordo com Moreira (1998), a Região Sul do Estado do Paraná viveu uma intensa atividade nas primeiras décadas do século XX, trata-se da exploração predatória da mata nativa da região. Com relevo acidentado e uma baixa fertilidade do solo, o setor agropecuário nunca atingiu uma boa produtividade sob a orientação tecnológica tradicional, visto que esta não se preocupa com os adequados métodos do uso e conservação do solo, bem como, a preservação das matas ciliares.

O município de União da Vitória é pólo da Mesorregião Sudeste Paranaense que abrange treze municípios (Bituruna, Cruz Machado, General

Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontim, Porto Vitória, Antônio Olinto, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Irati, Mallet, Rebouças e Rio Azul), fazendo divisa geográfica com a Mesorregião de Canoinhas, composta por sete municípios (Irineópolis, Três Barras, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Bela Vista do Toldo e Canoinhas), totalizando, num raio de 100 quilômetros, mais de 300.000 habitantes.

A Mesorregião de União da Vitória apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0, 793, representando o 31º lugar no ranking do estado de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) a taxa de crescimento Demográfico é de 1, 1% ao ano. É caracterizada, segundo IPARDES (2001), por 86% de área antropizada que são áreas onde há ocupação do homem, exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente, 42% da área com potencial à degradação ambiental e 13% da área com cobertura vegetal.

Segundo dados do IBGE, nesta região aproximadamente 100.000 pessoas encontram-se envolvidas nas atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca, de forma direta ou indireta segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e a Relação Anual de Informações Sociais (MET-RAIS).

A produção agrícola regional é baseada nos seguintes sistemas de produção mais representativos em termos de área produzida e produção: erva-mate, feijão, fumo, milho, soja, uva, rebanho bovino, ovino, suíno e aves, bem como a expressiva produção de leite e mel.

Na divisa com Santa Catarina, o município vizinho de Porto União destaca-se pela produção de soja, milho, fumo, feijão e trigo, além de batata e arroz. Destaca-se também a produção de erva-mate e carvão vegetal, entre outras atividades agrícolas como piscicultura, o turismo rural e produção orgânica (EPAGRI/CEPA, 2002).

Esta região é fortemente caracterizada pela inserção do meio rural na vida sócio-econômica dos municípios, cuja população rural representa mais de 50% da população total da região (IBGE, 2006). Essa característica regional provém de uma somatória de fatores relacionados com o processo de colonização da região, grande número de pequenas e médias propriedades, agricultura familiar e características geográficas do relevo.

A Microrregião conta com a atuação de entidades de caráter governamental e não governamental que atuam nos processos de extensão rural, formação, organização e apoio às propriedades rurais. Em todas essas entidades, no entanto, há o consenso da necessidade de fortalecimento do processo de desenvolvimento agrícola local, e da participação do curso de Agronomia neste processo.

O município de Porto União nasceu em 1917, como consequência do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, mas a sua história tem o seu início em 1842, com a descoberta do vau⁵ do Rio Iguaçu, que facilitava a passagem das tropas que vinha dos campos de Palmas, sendo também o ponto de embarque e desembarque para quem usava o Rio Iguaçu como via de transporte (CIASC, 2005).

Em 1855 tem a denominação alterada para Porto União da Vitória. Em 1881 tem início a navegação a vapor no Rio Iguaçu, com o transporte de carga e de passageiros. A partir de 1886 chegam os primeiros colonos de origem européia, em sua maioria alemã, e mais tarde aportam outras etnias: poloneses, ucranianos, austríacos e russos.

Atualmente, o município tem como atividades econômicas principais, as indústrias de derivados de madeira e de alimentos, agricultura, piscicultura, pecuária leiteira e sua população é de 33.408 habitantes (IBGE, 2009)

As agroindústrias de Porto União significam hoje 25% da economia do município. São 26 agroindústrias espalhadas por todo o interior, envolvendo mais de 250 famílias. Uma das consequências mais positivas dessas agroindústrias é a redução do êxodo rural e a geração de renda para os agricultores.

1.4 A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

A agroindústria constitui uma atividade de grande importância no contexto econômico brasileiro e paranaense. Ela representa uma expressiva parcela das riquezas produzidas no Brasil.

⁵ Vau significa o lugar onde a água é pouco profunda.

Ademais, no quadro das características brasileiras, o setor agroindustrial representa uma das principais atividades geradoras de divisas (22 dos 55 milhões de dólares de exportações brasileiras originam-se do agronegócio), num momento em que Brasil apresenta uma série de fragilidades muito expressivas.

Mais ainda, num país e numa economia em que a crise tem sido muito menos um episódio do que uma recorrência, a agricultura tem contribuído para ajudar a mitigar uma parcela dos seus efeitos, pois estudos recentes indicam que a cesta básica de consumo da maioria da população brasileira beneficiou-se de um expressivo barateamento dos seus preços ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, estando esse barateamento associado, em grande medida, a um processo de modernização acelerado do setor agrícola, para o qual a inteligência brasileira contribuiu tanto ou mais do que a natureza.

O sucesso agroindustrial brasileiro representa um resultado complexo da interação de diversos fatores. Para além dos fatores propriamente naturais, que representam uma condição necessária e largamente insuficiente, o Brasil vem laboriosamente construindo novos fatores de competitividade. No seio das instituições de pesquisa brasileiras, figuram em lugar de destaque institutos paranaenses de pesquisa agrícola e pecuária que não cessaram de renovar-se e contribuir para o fortalecimento da base produtiva agropecuária brasileira.

De fato, o desenvolvimento da agroindústria brasileira mede-se também pelo arrojo e sucesso de suas muitas empresas algumas grandes, muitas médias e pequenas.

Este papel destacado da agroindústria brasileira tem estado associado à sua capacidade de produzir grandes volumes de produtos em condições competitivas nacional e internacionalmente. Sucessos como o das cadeias de cana/açúcar, grãos/carnes e frutas/sucos, para ficar em três exemplos mais conhecidos, contudo, não devem servir para obscurecer o fato de que a agroindústria brasileira está ainda muito presa à produção de produtos básicos e indiferenciados (as chamadas *commodities*), uma área em que a vitalidade dos resultados está associada, muitas vezes, a fracos resultados econômicos.

Portanto, são de suma importância para o desenvolvimento de uma

região as questões relativas ao agronegócio. Todas as tarefas relativas à área exigem profissionais qualificados, profissionais aptos para tarefas tão diversificadas quanto o compreender a economia e o comércio internacionais e as estratégias das empresas, de um lado, e o funcionamento das cadeias produtivas agroindustriais e os seus múltiplos elos e fatores de desenvolvimento, de outro. O desenvolvimento deste leque de atributos e respectivas atividades exigem dos profissionais envolvidos, uma capacidade de compreender e inovar.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Justifica-se, nesse momento do texto, retomar as origens do ensino superior, tendo em vista que o profissional do agronegócio é a resultante de toda uma transformação pela qual passou a educação. Uma educação voltada para aprimorar habilidades e competências específicas de uma função e de sua aplicabilidade.

2.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

No período colonial, existiam no Brasil apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia oferecida pelos Jesuítas, pois Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior nas suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência.

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, a partir de 1808, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de engenharia (academia militar), medicina (cátedras de cirurgia e anatomia) e belas artes, gratuitos e financiados com o “Quinto da Coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias.

No Brasil Império, a expansão do ensino superior ocorre de maneira muito lenta, através do surgimento de cursos isolados em várias áreas, já que o modelo econômico agro exportador não necessitava de profissionais com formação superior.

Com a proclamação da República, as discussões sobre a Educação, especificamente sobre as universidades, surgem com mais força. Os deputados constituintes queriam criar essas instituições em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, mas esbarraram-se, desde então, com problemas de ordem financeira, devido a maior parte da receita ser destinada ao pagamento de dívidas.

Contudo, e em decorrência da industrialização e urbanização, surge pela primeira vez no Brasil uma ação planejada visando à organização nacional da educação. Com a Era Vargas, em que pese às dificuldades, segundo Aranha (1996, p.201) os decretos de Francisco Campos imprimem

uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade.

Neste período, cria-se o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Conselho Federal de Educação, o ensino secundário e o comercial. Também se organiza e criam-se universidades, destinando-se da arrecadação dos impostos percentual para financiar a educação.

Ocorre em 1931 a promulgação do decreto nº. 19.851 que cria o Estatuto das Universidades Brasileiras, pois algumas já existiam como a Universidade do Rio de Janeiro que foi a primeira ser criada. A Universidade de São Paulo, criada em 25 de janeiro de 1934, apesar de ser uma universidade estadual, foi a primeira a se adequar ao referido decreto federal (ARANHA, 1996, p.202)

Em Cunha (2000, p.164) identificamos que em 1935 foi criada por Anísio Teixeira a Universidade do Distrito Federal, a qual teve vida curta, sendo dissolvida durante o Estado Novo, em 1939, e incorporada pela Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro. Ainda segundo Cunha (idem), em 1940, surgem as Faculdades Católicas no Rio de Janeiro, as mesmas se configuram como as primeiras universidades privadas do país, só reconhecidas pelo Estado em 1946, já que o decreto 5.616 praticamente veta a criação desta modalidade de universidade, pois exige para a sua criação uma lei estadual e a nomeação do reitor dar-se-á pelo Estado.

Neste mesmo período, podemos destacar a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de seu estatuto, com conteúdo que nada coincidia com as propostas do então presidente Getúlio Vargas. Defendia-se a universidade aberta para todos; diminuição da taxas de exame e matrícula; exercício da liberdade de pensamento, cátedra, imprensa e tribuna; independência das universidades frente ao Estado, com eleições para seus dirigentes pelos discentes e docentes, representados pelo conselho universitário que deveria ser paritário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade; a participação discente na elaboração dos currículos; além da necessidade de criação de monitorias e estágios.

Devido às condições políticas da época, tal proposta não pode ser implementada, contudo serviu como base para uma crítica mais profunda na

década de 60, bem como para organização dos estudantes contra o regime (Estado Novo), o qual mantinha relações diplomáticas com os países do Eixo (nazi-facistas).

Devido ao processo de industrialização, podemos observar ainda neste período, a ênfase no ensino profissionalizante, onde a partir das “Leis Orgânicas” de Gustavo Capanema, ministro do Estado Novo, criam-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), também se regulamenta o curso de formação de professores, com diretrizes nacionais, trazendo consigo um certo otimismo referente a valorização da carreira docente, que de fato não se concretiza.

Com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de direito, a constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, garantindo os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento, apesar de, segundo Cunha (2000, p.107), a organização educacional permanecer a mesma. Onde a estrutura do ensino médio dividida entre o ensino propedêutico (para as elites) e o ensino profissional (para a classe trabalhadora), de maneira discriminatória já definia quem seria conduzido ao ensino superior.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1950-1954), algumas medidas foram adotadas para equivalência dos cursos profissionais a secundário, para que fosse possível a progressão no sistema educacional, sendo tais medidas ampliadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961. Elas foram adotadas devido ao número de trabalhadores que aumentava consideravelmente, porém o número de trabalhadores ditos qualificados ainda era muito pequeno (RANIERI, 2000, p.138)

Contudo, ocorreu a expansão do ensino médio e, conseqüentemente, o aumento da demanda pelo ensino superior que foi respondida pelo governo federal. Segundo o mesmo autor, ocorreu de três maneiras:

- A criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só existiam instituições privadas;
- A gratuidade de fato dos cursos das instituições federais de ensino superior, mesmo a legislação prevendo a cobrança de taxas;

- A “federalização” das faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente, em universidades custeadas e controladas pelo MEC.

Em resumo, o “populismo” com a “federalização” foi responsável pela ampliação do ensino superior gratuito e pela criação das universidades federais que hoje existem no país. Inclusive no segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1947, que significou uma inovação acadêmica, seguindo os padrões dos EUA. O modelo do ITA influenciou na modernização do ensino superior no Brasil, principalmente na criação da Universidade de Brasília.

Devido à necessidade de modernização das universidades e o estímulo à formação do docente-pesquisador (principalmente na USP desde a sua criação) foram criadas neste período: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e as agências governamentais, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível superior).

Desde a redemocratização do país em 1946 é retomada a luta dos “pioneiros da educação nova”. Em 1948 é apresentado pelo ministro Clemente Mariani um anteprojeto da LDB à Câmara dos Deputados que segundo Hilsdorf (2002, p.110) era de orientação liberal e descentralizadora. Por ter sofrido grande oposição, liderada por Gustavo Capanema, que defendia o controle da educação pela União, o projeto foi “engavetado” e só retomado em meados da década seguinte com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda, sob orientação privatista.

O processo de aprovação desta LDB foi longo e conflituoso, só sendo aprovada (Lei nº. 4.024) junto com o substitutivo Lacerda, em 20 de Dezembro de 1961 (HISDORF, 2002, p.111):

Todo este conflito desencadeou uma verdadeira “Campanha em Defesa da Escola Pública”, encampada principalmente pela UNE e os movimentos populares de base. Estes movimentos, juntos com intelectuais, foram quem realmente apresentaram inovações para educação e cultura, como: Centros Populares de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes) o Movimento de Educação de Base da CNBB, o Método de Alfabetização de 40 horas de Paulo Freire, entre outras iniciativas.

Com o Golpe militar de 1964, todas estas iniciativas foram desativadas. E a bandeira da Reforma Universitária, defendida pelo Movimento Estudantil foi incorporada pelo Estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privado do ensino público, que já podíamos observar com a aprovação da LDB de 1961, principalmente no substitutivo Lacerda de caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo Estado e defendendo a iniciativa privada, são ampliadas pelo regime militar e sustentada até os dias atuais.

Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, precedidas, porém pelos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*) onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implantar as reformas. Sendo que tais reformas visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano, onde para tal são geradas mudanças na LDB.

Outro grande impacto para educação em decorrência do Golpe, foi a reestruturação da representação estudantil, com a “extinção” da UNE, evitando a organização dos estudantes nacionalmente, “permitindo” a atuação dos Diretórios Acadêmicos (DA`s) e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE`s), mas só no âmbito dos curso e das universidades, respectivamente, sem exercerem ação política, tidas como subversivas. Ainda para manter sobre controle a juventude brasileira é instituída, segundo Aranha (1996, p.211), disciplinas de caráter ideológico e manipulador, no caso do ensino superior a disciplina EPB (Estudos de Problemas Brasileiros).

A Lei nº. 5.540/68, Lei da Reforma Universitária (BRASIL, 1968) foi baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (coronel da escola superior de Guerra) e aprovada de cima para baixo. A reforma acaba com a cátedra, unifica o vestibular passando a ser classificatório, aglutina as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina.

Também, segundo o mesmo autor, aconteceu a nomeação dos reitores e diretores de unidade (esta agora dividida em departamentos) dispensa a necessidade de ser do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer

pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial (ARANHA, 1996, p.214).

A reforma ainda fragmenta as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, resultando na criação das Faculdades ou Centros de Educação e ainda desencadeando segundo Cunha (2000, p.182) na estruturação das universidades brasileiras em quatro modelos básicos:

- A agregação dos departamentos em alguns poucos centros;
- A reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades ou escolas;
- A ligação dos departamentos diretamente à administração superior, sem instâncias intermediárias; e
- A superposição dos centros às faculdades, aos institutos e às escolas.

Mesmo com tantas mudanças no ensino superior brasileiro na década de 60, persiste a seletividade, em decorrência da dualidade do ensino, onde a elite bem preparada ocupa as vagas nas melhores universidades, restando as faculdades privadas de baixo nível para os mais pobres.

Podemos notar que a partir desta década houve um processo de privatização sem precedentes do ensino no país, caracterizando a educação enquanto um grande negócio, eximindo as responsabilidades do Estado de seu dever, destinando verba pública para a iniciativa privada. Tal posicionamento tem continuidade nas décadas seguintes.

Não há registros na história educacional do país de um número tão significativo de abertura de universidades particulares como nos anos 80 e 90, bem como, praticada a isenção fiscal para empresário da educação, inclusive o “Projeto Universidade para Todos” (ProUNI) aprovado em 13 de setembro do corrente ano, por Medida Provisória, pelo atual presidente Lula, segue a mesma lógica.

No Brasil, na década de noventa a reforma educacional através da Lei de Diretrizes e Bases – LDB e como destaca Ranieri (2000, p.108) para educação nacional e do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentou-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, caracterizadas principalmente pela privatização.

Romano (1999) comenta que estas políticas estão fundamentadas na defesa da propriedade privada, mercado soberano e liberdade somente para

alguns, “os proprietários”, em detrimento das proposições apresentadas pela sociedade organizada (*apud* CUNHA, 2000, p.82)

Em decorrência das políticas adotadas na década de 90, principalmente pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ensino Superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas pelos cortes de verbas, a não abertura de concursos nesta área. Os efeitos sociais são brutais e perversos. Pois enormes contingentes populacionais são excluídos e perdem vários benefícios essenciais já citados anteriormente.

Na perspectiva de implementar tais ajustes e reformas, o então Ministro da Educação do Governo de FHC, Paulo Renato de Souza, pronunciou-se no ano de 1996, sobre os três pilares de sua política para reforma Universitária, que trazem em si as recomendações do Banco Mundial, sendo eles:

- Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão);
- Autonomia Universitária; e
- Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e Estímulo à Docência (GED).

É preciso lembrar ainda que a reforma universitária nos moldes propostos pelos organismos internacionais e pelo Governo Federal, ainda não foi implementada na sua totalidade, devido à ação dos movimentos sociais organizados de estudantes, professores e técnicos. E que infelizmente as proposições do atual governo, pouco diferem do modelo anteriormente adotado.

Afirmamos isto, inicialmente, com base no documento apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, constituído pelo Decreto de 20 de Outubro de 2003 (CUNHA, 2003, p.102), que mantém a perspectiva reducionista de autonomia financeira, desrespeitando o artigo 207 de Constituição Federal, legitimando as fundações privadas nas universidades, diminuição dos recursos públicos via orçamento (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) do Estado e ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas, além propor um “Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo”, semelhante à proposta de contrato de gestão do governo FHC.

Bem como, nas propostas e ações do Governo Lula (através de Leis,

Projetos de Lei, Medidas Provisórias e Relatórios) que ferem a Autonomia Universitária, desrespeitando o artigo 207 de Constituição Federal do Brasil. Sendo elas:

- Legalização das fundações privadas nas universidades, através da sua regulamentação (Decreto Nº 5.205/2004);
- Estímulo à ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas;
- As Parcerias Público-Privadas (PPP's) que permitem a destinação de verbas públicas para a iniciativa privada e desta para o setor público;
- O Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que repassa a responsabilidade de produção de conhecimento para o setor privado;
- O Programa Universidade para Todos – ProUni (MP Nº 213), que regulamenta a “compra” das vagas ociosas nas universidades particulares, destinando desta forma verba pública para salvar os empresários deste setor;
- O Projeto de Emenda Constitucional (PEC 217) da Deputada Selma Schons (PT-PR) que prevê a cobrança de impostos a ex-alunos de universidades públicas; e
- O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004), que pouco difere do antigo “Provão”, mantendo a utilização de critérios burocráticos e meritocrático, bem como o ranqueamento dos cursos.

Devido à política econômica de cortes no orçamento das políticas sociais, nem a retirada dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação, de modo a assegurar no mínimo um total de 40% do total das vagas no ensino superior público, foi realizada, apesar de constar no programa que elegeu Lula presidente.

Portanto, a Reforma Universitária do Governo Lula já está sendo implantada a revelia das discussões com a sociedade, de maneira antidemocrática, contrariando os anseios de boa parte dos Movimentos Sociais organizados. O anteprojeto final que ora se apresenta nada mais é que a cartada final para consolidação do ideário neoliberal na educação

superior do Brasil.

2.2 A NOVA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Um intenso e rápido processo de transformações vem atingindo praticamente todos os campos da organização econômica, social e política das sociedades.

O grande elemento distintivo desse processo, diferenciando-o das mudanças precedentes, é a centralidade na informação e no conhecimento, fator que desempenha papel crucial tanto na transformação da base material, como na geração de riqueza político-culturais das sociedades em desenvolvimento.

A capacidade de produzir, interpretar, articular e disseminar conhecimentos e informações, materializadas em novos produtos e serviços que, por sua vez, retroalimentam o ciclo econômico, passou a ocupar espaço privilegiado na agenda das empresas.

Paralelamente, os Estados vêm assumindo discursos e estimulam ações que visam prover as condições necessárias à inserção das nações na economia mundial, através da elevação do patamar de aprendizado coletivo. Nesse contexto, o cenário educacional assume não apenas um significado social, mas, um valor econômico (FAVERO, 2000, p.78).

Ademais, o acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados de educação torna-se uma medida tanto de valoração da democracia e da cidadania, quanto de diferenciação competitiva no campo econômico.

Assim, a educação, traduzida na capacidade de os indivíduos produzirem inovações e resolverem problemas, tornou-se o grande elemento capaz de agregar valor aos sistemas produtivos. Como em todo processo de transformação, o setor educacional vem atraindo um número crescente de novos atores que passam a disputar o domínio do "mercado" educacional com as instituições tradicionais.

Tais instituições são forçadas pelas circunstâncias a rever suas missões, práticas e métodos até então utilizados, como medida de adequação

indispensável para que possam continuar prestando um serviço útil e necessário à sociedade.

Mesmo não havendo ainda certeza ou segurança quanto ao novo paradigma de Universidade que irá prevalecer no Século XXI, pode-se antever um conjunto de tendências e mudanças em andamento, nas quais se destacam as seguintes transformações:

Mudanças nas Características do Setor de Educação Superior, através da introdução de novos elementos, tais como:

- Quebra do monopólio geográfico, regional ou local, com o surgimento de novas forças competitivas e tecnologias de ensino;
- Mudança do modelo organizacional do ensino superior, que passa de um sistema federado de faculdades e universidades, servindo apenas às comunidades locais, para uma "indústria" do conhecimento, operando em um mercado global, altamente competitivo e cada vez mais desregulamentado;
- Transformação das universidades amplas, fortes e verticalmente integradas, em instituições mais especializadas e centradas no aluno (e não no professor);
- Significativa reestruturação da educação superior, implicando o desaparecimento e fusão de universidades, bem como o fortalecimento das interações entre elas, visando ao intercâmbio de atividades e ao desenvolvimento e operação de projetos comuns.

As mudanças na Estrutura do Setor de Educação Superior foram:

- Universidades corporativas, patrocinadas ou administradas por grandes empresas, visando à aprendizagem contínua e especializada de seus quadros;
- Empresas instrucionais: instituições terceirizadas que prestam serviços às universidades no próprio domínio do ensino superior, em nichos especializados do conhecimento, de processos pedagógicos ou da clientela, através de contratos que fixam os indicadores e metas de resultados e as condições desejadas de ensino-aprendizagem;
- Entidades de intermediação, cuja função é fazer a ponte entre os provedores de educação superior e os "consumidores", visando apoiar,

inclusive financeiramente, os futuros alunos, fornecerem-lhes orientação e informações relevantes e certificar o conhecimento por eles adquiridos, além de promover a busca de emprego e trabalho para os concluintes.

As Organizações não-tradicionais e a entrada no setor de novos empreendedores, oriundos de outros segmentos da economia, tais como, empresas de telecomunicação, de informática e informação, de entretenimento. Embora tradicionalmente tais instituições tenham sido consideradas, basicamente, como fornecedoras ou clientes do sistema de educação superior, devem passar a ser vistas, agora, como parte dele e, portanto, como colaboradoras e/ou competidoras potenciais.

Mudanças nas Relações da Universidade com a Sociedade. À medida que a Universidade, além dos papéis clássicos de ensino, pesquisa e extensão, têm desempenhado outras funções de interesse da sociedade (serviços de saúde e assistência, desenvolvimento econômico, atividades culturais etc.), as barreiras que a protegiam das invasões de agentes políticos e econômicos estão sendo derrubadas.

Mudanças na Natureza da Prestação dos Serviços Acadêmicos. A prestação dos serviços de educação superior tende a assumir, cada vez mais, as seguintes características:

- Aprendizagem continuada, implicando a necessidade de as instituições de ensino proporcionar, aos cidadãos, condições e formas de aprendizagem continuada por toda a sua vida profissional, atendendo aos requisitos de sociedade em permanente mudança;
- Ausência de fronteiras rígidas entre os serviços, significando que as diferentes atividades acadêmicas não apenas se tornam mais inter-relacionados, mas se fundem efetivamente;
- Aprendizagem assíncrona (qualquer tempo, qualquer lugar), quebrando as restrições de tempo e espaço para tornar as oportunidades de aprendizagem mais compatíveis às necessidades e estilos de vida das pessoas;
- Serviços amplamente diversificados, visando servir a uma população cada vez mais diferenciada e com grande variedade de necessidades e objetivos a serem atendidos.

Também, destacam-se as mudanças no modo de execução das atividades acadêmicas. A Universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer uma das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, embora seus papéis tradicionais (ensino-pesquisa-extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão significativamente, podendo ser destacados:

- Evolução do atual modelo artesanal de produção para um outro mais próximo da produção em massa da era industrial e com fortes influências do modelo adotado na indústria de entretenimento;
- Os métodos de ensino-aprendizagem e os papéis dos professores estão submetidos a fortes pressões para mudança, principalmente em função das novas tecnologias da "teleinformática" e do surgimento de uma "geração digital", com suas demandas por novos processos e relacionamentos. Assim, outras formas de ensino, muito mais interativas e suportadas pelas novas tecnologias, deverão intensificar-se, com o professor afastando-se da "sala de aula" para assumir funções de gerador e administrador de novos experimentos de aprendizagem e de consultor e orientador dos alunos, como, aliás, já ocorre em alguns segmentos da pós-graduação;
- O desenvolvimento da pesquisa também deverá sofrer grandes alterações. Os processos de criação tornar-se-ão muito mais coletivos e multidisciplinares, tendo em vista tanto os recursos tecnológicos disponibilizados, como a natureza dos novos conhecimentos demandados pela sociedade;
- Centrada tradicionalmente na biblioteca e, portanto, suportada no formato impresso, a preservação do conhecimento talvez seja a função universitária mais suscetível a mudanças tecnológicas radicais. A tecnologia da informação – ou, mais amplamente, a "convergência digital" das várias mídias – já produz impacto significativo na preservação, divulgação e acessibilidade do conhecimento, tornando-se cada vez mais democrática e disponível a todos, deixando de ser uma prerrogativa ou privilégio da comunidade acadêmica.

Nesta perspectiva, a "biblioteca" da Universidade do Século XXI, suportada por diferentes mídias, extrapolará muito suas atuais funções e seus domínios tradicionais de abrangência.

No campo da extensão, a aplicação dos conhecimentos continuará a ser ditada, cada vez mais, pelas necessidades e demandas reais da sociedade.

O contexto do ensino superior brasileiro apresenta, entre outras, as seguintes grandes tendências e transformações em andamento:

- Expansão acelerada da graduação;
- Interiorização do ensino superior;
- Consolidação da pós-graduação;
- Melhoria na qualificação do corpo docente;
- Aumento da eficácia e produtividade do sistema;
- Flexibilidade e diversidade da oferta dos serviços de educação superior.

O perfil que o ensino superior no Brasil irá adquirir no futuro de médio prazo dependerá do modo pelo qual ocorra o amadurecimento e/ou continuidade dos seguintes movimentos e tendências (condicionantes do futuro): a forte expansão, diversificação e segmentação da demanda de ensino superior. É bastante plausível a hipótese de que o nível ensino superior venha a alcançar, nos próximos anos, a maior taxa de crescimento da demanda entre os três níveis de ensino existentes no País.

2.3 MOBILIDADE SOCIAL

Na Revista do Ensino Superior de junho de 2007, o pesquisador e doutor Fábio Ferreira Figueiredo analisou as diferentes formas de mobilidade, os fatores desencadeadores, a importância da educação, principalmente a superior, bem como a percepção subjetiva de mobilidade social sob o ponto de vista dos egressos da educação superior particular. Ou seja:

- O conhecimento foi e continua sendo ativo econômico cada vez mais importante. Sociedades não avançam sem que existam bases sólidas de educação;

- A escolarização é condição para a formação do conhecimento como ativo. Cada nível de educação tem a sua importância específica, sendo a superior particularmente importante sob o ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e na formação das elites dirigentes;
- Embora o Brasil, na década de 90, tenha erradicado o analfabetismo infantil, universalizado a educação fundamental, elevado significativamente as taxas de escolarização média e superior, não foi possível constatar índices significativos de mobilidade social ascendente. A explicação é que as taxas de mobilidade registradas nas décadas de 30, 40 e 70 eram decorrentes de transformações estruturais (industrialização e urbanização), o que ocasionava índices coletivos de grandes proporções e significância. É possível dizer que o Brasil, hoje, se mantém na condição de país onde existe mobilidade social.
- Embora ponto específico da pesquisa, não foi registrada maior ou menor satisfação profissional do egresso em função deste atuar ou não na sua área de formação superior, ou seja, tal fato não provocou alteração de resultado;
- Os participantes do estudo "percebem" as IES (Instituições de Ensino Superior) públicas como de melhor qualidade em relação às particulares, todavia essa percepção se dá quase exclusivamente em função de imagem e marca das instituições públicas, sendo raros os casos em que são apontados requisitos objetivos de superioridade.

Uma parcela dos egressos aponta uma provável reversão dessa percepção de mercado em função da velocidade do avanço dos indicadores acadêmicos da rede privada. Qualquer movimento em outro sentido é um retrocesso e uma demonstração de absoluto desapego à realidade mundial contemporânea.

É também premissa o fato de a educação superior privada ser de boa qualidade, o que deve afastar, de plano, diagnósticos e soluções que passam pelo argumento contrário, este freqüentemente eivado de preconceitos e/ou ideologias que hoje não mais têm lugar fora dos livros de história.

Alarcão (2001, p.118) declara que sendo esta a natureza da escola como instituição social, ela é necessariamente uma instituição mutável e

permanentemente confrontada – mais que outras instâncias sociais e com uma lógica de mudança.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Esta pesquisa, como dito anteriormente, trata de questões relacionadas à formação profissional do administrador com ênfase em agronegócios, enfocando especialmente a correlação das demandas do mercado e as diretrizes curriculares oficiais com sua efetivação na instituição formadora no que se refere ao currículo, à metodologia de ensino e aos resultados de aprendizagem.

O ensino de administração com foco em agronegócios, em nível superior, tem sido caracterizado como aquele que prepara um profissional apto a gerir recursos, a liderar pessoas, a tomar decisões, a acompanhar e controlar os processos de trabalho, visando assegurar às organizações a realização de seus objetivos e resultados.

O papel das escolas de administração é, precisamente, o de assegurar a formação de administradores, provendo-lhes as condições de atuação profissional competente, pautada na ética, na valorização do ser humano e na busca constante do autodesenvolvimento, expresso na atualização profissional constante, no desenvolvimento da criatividade e uma visão crítica da realidade.

Alguns autores já apresentam, em suas análises, esta visão mais globalizante da formação do administrador: Os cursos de administração devem objetivar não apenas responder às necessidades do mercado de trabalho, mas, também, transformar e alterar a realidade, visando a qualidade de vida, desenvolvendo no acadêmico uma postura voltada à solução de problemas e de gestor das forças produtivas e sociais de caráter regional, nacional e internacional (DUTRA *et al.*, 2002, p.81)

Trata-se, portanto, de ampliar os horizontes da formação profissional. Em relação à formação intelectual, as instituições formadoras precisam

investir na assimilação dos conteúdos científicos, mas, principalmente, precisam ajudar no desenvolvimento da capacidade de pensar e nas habilidades de resolver problemas de forma científica. Todavia, precisam contribuir para a formação de um profissional comprometido com a ética, com capacidade de tomar decisões em que estejam presentes valores humanos, com habilidades no relacionamento com as pessoas, e com capacidade crítico-reflexivo para lidar com os desafios da profissão.

Afirma Longhi:

Pois bem, o desenvolvimento do currículo necessita da existência de comunicação entre o professor e os alunos. Essa base comunicativa permite atingir, com sucesso, o objetivo previsto ou reformulá-lo, no caso de não se adequar. Aqui falamos de ações educativas, quando o professor pretende incluir, progressivamente, o aluno na tomada de decisão sobre o processo de aprendizagem. Com isso queremos dizer que ainda que seja, o professor, como profissional detentor do conhecimento sobre o conteúdo da matéria ou tema a ser abordado, quem planeja inicialmente a forma como dará o processo, o aluno, à medida que vai adquirindo maiores níveis de autonomia e de capacidade racional, poderá interferir paulatinamente na tomada de decisões sobre os aspectos envolvidos nesse processo educativo, assim como assumir níveis de responsabilidade cada vez maiores na instituição e no direcionamento dos processos de aprendizagens (2008, p.169)

O desenvolvimento dessas competências torna-se mais premente quando se verifica, por um lado, a grande competitividade existente hoje, decorrente das mudanças sociais e econômicas do mundo globalizado, da modificação dos processos de produção, do surgimento de novos estilos de gestão empresarial, tudo isso implicando em novas necessidades de qualificação profissional e, por outro, da responsabilidade social que mobiliza os empreendimentos econômicos na sociedade contemporânea.

É óbvio que essas exigências se projetam nos objetivos de formação profissional de administradores. No sistema de ensino brasileiro, presume-se que elas estão presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração, organizadas e formalizadas pelo Ministério da Educação. Formuladas com a colaboração de especialistas e dirigentes universitários, elas constituem-se em parâmetros para as instituições de

ensino desenvolver seus projetos pedagógicos, seus currículos e processos de formação profissional.

O atual processo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, que esta acontecendo num ritmo muito acelerado devido ao emprego das mais modernas tecnologias voltadas para este setor, tornando-o moderno e viável, fazendo com que o Brasil se torne uma das maiores potencias mundiais deste seguimento.

Faz-se necessário ressaltar a importância do administrador, pois no ramo do agronegócio é de fundamental importância um profissional para gerenciar estas empresas, um profissional que trabalhe pensando no futuro e nas necessidades da população, tendo condições de atender-lhes da melhor e mais eficiente forma possível.

Ao administrador cabe conciliar a construção dos valores humanos com a lógica dos resultados. Dentro de uma empresa, é de sua responsabilidade conciliar o valor dos colaboradores com o desempenho e a produtividade, pois quem faz a diferença em qualquer organização é o administrador juntamente com seus colaboradores. Isso é o que vem ocorrendo em algumas empresas rurais que resolveram aderir à profissionalização da administração, conseguindo obter resultados palpáveis e transformando estas organizações em grandes empreendimentos, assim ficando mais do que provado que um bom administrador à frente de qualquer empresa a transformará.

3 O ENSINO SUPERIOR EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL

3.1 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Em face ao crescimento do agronegócio, verifica-se que este novo ambiente exige das empresas uma capacidade e adaptação rápida e o desenvolvimento de novas habilidades e atitudes.

[...] que este novo ambiente traz implicações profundas às habilidades e conhecimentos necessários para se ter sucesso no futuro e exige uma reflexão sobre as alterações necessárias ao ensino brasileiro e sobre as perspectivas dos estudantes e empregadores. Neste sentido, este estudo busca identificar como os novos paradigmas tecnológicos, econômicos e sociais estão influenciando a formação dos profissionais demandados pelo agronegócio no Brasil e, mais especificamente, avaliar a expansão do ensino superior nessa área. Como objetivo específico, concentra-se em confrontar a formação oferecida pelas instituições de ensino superior com as reais necessidades do sistema agroindustrial brasileiro (BATALHA *et al.*, 2005).

O curso de Administração em Agronegócios tem como objetivo geral formar o cidadão e o profissional das ciências gerenciais capacitado para analisar, planejar, implementar e controlar programas destinados a criar, desenvolver e manter trocas com o mercado-alvo, e oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão no campo do Agronegócio:

[...] é preciso atentar para algumas mudanças que estão ocorrendo no setor de agronegócios, terão impacto decisivo no gerenciamento das empresas de agronegócios, desde o fornecimento de insumos, na produção, finanças, vendas e marketing, até o contato com o consumidor final. São alterações provocadas por mudanças nas necessidades e atitudes do consumo alimentar, novos avanços tecnológicos em todos os níveis, aumento da regulamentação governamental e mudanças em termos de produção nas propriedades agrícolas (BATALHA *et al.*, 2005).

Assim, o curso objetiva desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- Autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade do

contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;

- Elevado potencial de inserção no mercado de trabalho, ou seja, executivos preparados para um ajustamento contínuo às mudanças nas organizações na sociedade e no mercado de trabalho;
- Domínio da linguagem oral e escrita, atitude crítica, criativa e pluralista;
- Domínio de habilidades instrumentais básicas;
- Espírito público: o cidadão e o profissional ético comprometido com os problemas da comunidade;
- Com aptidão para abstrair e captar a essência das coisas através de fatos e relatos em diversificadas situações,
- Com capacidade acurada e natural para lidar com detalhes, precisão e formalismo;
- O espírito empreendedor; e
- Uma rede de agentes empenhados no desenvolvimento do Agronegócio na região.

A grade curricular foi estruturada em função dos objetivos propostos pelo curso, buscando formar o profissional capacitado para analisar, planejar e implantar e controlar programas destinados a criar, desenvolver e manter trocas com o mercado-alvo.

As disciplinas básicas e instrumentais procuram desenvolver no aluno a racionalidade instrumental através de disciplinas como matemática, estatística, e também desenvolver um espírito público, através da cidadania, profissionalismo e ética, com base nas disciplinas de filosofia, sociologia e psicologia.

A capacidade empreendedora do aluno que se deseja formar no curso está pautada na disciplina de Administração Empreendedora, entretanto todas as disciplinas voltam para o desenvolvimento de habilidades que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão na administração.

As disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa e Comunicação e Expressão são importantes no sentido de entender que o aluno do curso de

Administração precisa indiscutivelmente comunicar-se oralmente e por escrito, expressando suas idéias através da abstração e crítica.

O profissional deverá ter espírito empreendedor, capaz tanto de gerar novos negócios, quanto de gerar novos negócios, quanto de promover mudanças nas organizações existentes, de modo a atender as necessidades atuais e futuras das empresas e da sociedade.

Para tanto, os administradores deverão possuir sólida formação em disciplinas profissionalizantes como marketing, finanças, logística, sistemas de informação, gestão de recursos humanos, administração da produção, análise organizacional, dentre outras.

As disciplinas específicas da habilitação permitem ao aluno vivências sobre a realidade do curso, enfatizando aspectos de economia rural, administração rural, agroindústria, uso e conservação dos solos, agricultura geral, direito agrário, zootecnia, silvicultura, dentre outras.

3.2 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIOS

O Projeto Pedagógico do Curso aponta que a formação do profissional em Agronegócio daquela IES deve ser ampla e ao final do Curso intenciona-se que este tenha capacidade de integrar de forma harmônica os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, habilidades e atitudes e assim tornar-se apto a:

- Comprometer-se com o desenvolvimento sustentável, analisar e propor o ponto de equilíbrio de acordo com a realidade regional e cultural do meio onde se insere;
- Comunicar-se e incentivar trabalho em equipe, valorizando parcerias, atuando multiprofissionalmente e interdisciplinarmente, baseado na convicção científica, da cidadania e da ética;
- Comunicar-se, compreender e ser compreendido por diferentes pessoas, grupos e comunidades;
- Assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade, desenvolvendo todas as atividades com atuação ética fundamentada em valores universalmente consagrados;

- Gerenciar recursos de todas as dimensões e a inter-relação entre eles em ações multidisciplinares demandadas pelo desenvolvimento sustentável;
- Compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário;
- Apoderar-se de instrumentos metodológicos de trabalho, que aliados aos embasamentos técnico-científicos formam um conjunto de atuação que necessita estar em constante construção, de acordo com a realidade vivida em cada situação;
- Conhecer e compreender todas as etapas do processo de produção agrícola, do planejamento da produção, processamento final e comercialização do produto;
- Propor tecnologias compatíveis com o diagnóstico dos diferentes contextos sócio-econômicos e ambientais e formas na produção agrícola;
- Desenvolver e executar projetos de iniciação à pesquisa e extensão que contribuam na produção do conhecimento, socializando o saber científico produzidos;
- Desenvolver atividades de tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal e animal;
- Prestar serviços de extensão, iniciação à pesquisa, acompanhamento técnico, assessoria e consultoria à empresas, órgãos governamentais, cooperativas, organizações não governamentais, particulares ou comunidades na área da produção agrícola e do desenvolvimento rural;
- Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- Projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar tecnicamente e economicamente em mercados do complexo agroindustrial; em estudos, projetos e execução de serviços

de mecânica agrícola, de processos de adubação, colheita e beneficiamento de produtos agrícolas; em fiscalização de indústria e comércio de adubos e agrotóxicos; em aplicações de medidas de defesa e vigilância sanitária vegetal; no desenvolvimento de atividades de produção na área de sistemas pastoris, agroflorestais e zootécnicos; em projetos de recuperação ou conservação de microbacias e planejamento ambiental;

- Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação.
- Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes;
- Atuar na direção, pesquisa e docência em instituto de pesquisa e ensino médio e superior;
- Elaborar criticamente o amplo espectro de questões técnicas, científicas, filosóficas, éticas, políticas, sociais e culturais implicadas na atuação profissional do engenheiro agrônomo, sendo capaz de intervir nas diversas áreas onde sua atuação profissional seja necessária.

3.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FORMADO EM ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

O curso de Administração com Habilitação em Agronegócios da Unidade de Ensino vale do Iguaçu visa à formação de profissionais para atuar no mercado de agronegócio, aptos para o desempenho de atividades gerenciais e empreendedoras em qualquer tipo de organização da cadeia agroindustrial por meio de conhecimentos e habilidades técnicas, espírito empreendedor, visão sistêmica e postura ética.

O perfil almejado baseia-se na forte vocação da região do Vale do Iguaçu para atividades Agropecuárias e Agroindustriais e na necessidade de suporte ao setor de agronegócios para o desenvolvimento local, mas permitindo também a interligação com o mercado nacional e mundial

globalizado.

Os documentos analisados da IES demonstram o foco do curso voltado para a formação direcionada e a abordagem adequada ao Agronegócio. Por meio de desenvolvimento de instrumentos de gestão, coordenação e controle de desempenho mercadológico das cadeias de Agronegócios e seus subsistemas.

O curso de Administração em Agronegócio objetiva proporcionar ao aluno instrumentação intelectual, cultural e tecnológico para o desempenho de funções e papéis nas empresas e demais organizações onde sua ação seja necessária. Também busca introduzir o aluno no complexo universo dos Agronegócios, de forma que lhe seja possível absorver seus componentes e atuações.

O administrador deverá ter a capacidade de conhecer o ambiente global em que as empresas estão inseridas e tomar decisões que possibilitem a aquisição de vantagens competitivas sustentáveis no mercado. O profissional deverá ter espírito empreendedor, capaz tanto de gerar novos negócios, quanto de gerar novos negócios, quanto de promover mudanças nas organizações existentes, de modo a atender as necessidades atuais e futuras das empresas e da sociedade.

Para tanto, os administradores deverão possuir sólida formação em disciplinas profissionalizantes como marketing, finanças, logística, sistemas de informação, gestão de recursos humanos, administração da produção, análise organizacional, dentre outras.

3.4 A COLABORAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A formação de profissionais e especialistas de nível superior, competentes e aptos a participarem no processo de desenvolvimento da sociedade, promove ações visando a qualidade e a excelência na formação, respeitando e considerando a importância do compromisso social.

O homem, como indivíduo, só existe inserido em comunidade, de tal modo que seu agir é sempre um agir individual e social. A conquista

da educação do ser humano passa pela configuração do mundo histórico capaz de gerar autonomia. O homem se faz educado construindo mundos e o processo educativo se efetiva na configuração de suas relações intersubjetivas (LONGHI, 2008, p.17)

O homem age na realidade em que vive e, nessa relação, busca compreendê-la utilizando-se de diversas formas de mediação. Nessa perspectiva, a aprendizagem reflete um processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, que se dá pela constante mediação entre sua representação teórica e a prática social.

A formação do profissional em agronegócios deve ser compatível com as necessidades de um profissional e cidadão que atue como agente de transformações, inserido na realidade, possuidor de valores sócio-culturais e ambientais e comprometidos com o todo que compõe a sociedade em que atua comprometido com o melhoramento da realidade regional e brasileira.

Segundo Cavallet (1999), a formação desse profissional deve contribuir para a formação de profissionais-cidadãos que compreendam a complexidade do meio em que se inserem através de conhecimentos conceituais, técnicos, operacionais e vivenciais, contextualizados no tempo e espaço e ligados a valores socioculturais e ambientais.

Em síntese, estudar o impacto do agronegócio no desenvolvimento regional implicar em (re) conhecer o profissional que atua nesta área, suas habilidades e competências, seu perfil. Dentre o já destacado anteriormente, acrescenta-se ainda a importância de:

- Proporcionar situações de aprendizagem em que o profissional possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento pela reflexão prática;
- Criar condições para que este profissional desenvolva ainda na academia suas habilidades de liderança, tomada de decisão, visão sistêmica e estratégica, relacionamento e cooperação, negociação, iniciativa e criatividade, a partir da análise de situações concretas, propondo mudanças no seu contexto de atuação;
- Contribuir para a passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho, preparando profissionais competentes, capazes de assumir com integridade e responsabilidade suas funções, por meio de

vivências e conhecimento do funcionamento das organizações e da especificidade do agronegócio;

- Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, compatíveis com as constantes mudanças tecnológicas e ambientais;
- Propiciar o aprimoramento de uma visão crítica das organizações, da sociedade e da profissão, suscitando o permanente desejo de aperfeiçoamento profissional, de assimilação de novas informações e de flexibilização intelectual em situações de mudança;
- Promover a integração de todos (empresas e comunidade), estabelecendo uma relação de cooperação mútua.

Nesse movimento, a pesquisa e a elaboração pessoal são essenciais.

Na ordem das atividades didáticas, as atividades devem orientar a aprendizagem objetivando o desenvolvimento de habilidades e competências primordiais ao exercício da profissão e da cidadania, considerando também, a necessidade de promover a capacidade de elaboração pessoal e a pesquisa. Estas deverão estar sempre em relação com a prática social e balizada pelas discussões coletivas, as quais devem priorizar e incentivar ações que promovam o desenvolvimento regional auto-sustentável.

4 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU

4.1 A UNIGUAÇU

Uma das instituições de ensino superior que foi criada com o objetivo de preparar egressos com perfil diferenciado e apto a atuar no mercado de trabalho do agronegócio foi a UNIGUAÇU – Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu.

Nos documentos oficiais da faculdade há o registro de que seu objetivo é oportunizar aos graduandos a integração teórica e prática dos conhecimentos e das habilidades desenvolvidas no Curso de Administração, proporcionando-lhes uma formação que contribua para o exercício profissional responsável, comprometidos com o contexto social e com o comportamento ético, objetivando o desenvolvimento das suas múltiplas competências no gerenciamento de negócios.

Porém, para melhor entender o impacto de sua implantação no cenário educacional e de desenvolvimento regional apresentar-se-á, em continuidade, um pouco da história de criação desta instituição de ensino superior e do Curso de Administração com Ênfase em Agronegócio. A Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória são mantidas pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU que é uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, criada em julho de 1999 por um grupo de professores.

As mantidas da Uniguaçu ofertam os seguintes cursos: Administração com habilitação em Administração Pública, Agronegócios e Marketing, Nutrição, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Direito, Agronomia e Medicina Veterinária, Sistemas de Informação. Oferta, ainda, diversos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

4.2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU

Na Região de União da Vitória, mais especificamente na Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, o Curso de Administração e Agronegócio tem uma história recente, já que foi instalado no ano de 2001.

Acredita-se que não é suficiente para a nova geração de graduados dominarem vários tipos de conhecimentos, por mais profundo que eles sejam. É preciso preparar profissionais habilitados às reais necessidades do mercado agroindustrial brasileiro, com competência para resolver os problemas na área e avançar na diminuição entre o grande número de graduados desempregados e a falta de mão-de-obra qualificada nas empresas.

A partir deste período, o curso se consolidou, oferecendo ao mercado de trabalho e à sociedade profissionais de administração especializados e capazes de auxiliar os usuários no momento da tomada de decisão.

O curso de Administração em Agronegócios tem como objetivo formar o cidadão e o profissional das ciências gerenciais capacitado para analisar, planejar, implantar e controlar programas destinados a criar, desenvolver e manter trocas com o mercado-alvo, e oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão no campo do Agronegócio.

Assim, o curso objetiva desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- Autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;
- Elevado potencial de inserção no mercado de trabalho, ou seja, executivos preparados para um ajustamento contínuo às mudanças nas organizações na sociedade e no mercado de trabalho;
- Domínio da linguagem oral e escrita, atitude crítica, criativa e pluralista;
- Domínio de habilidades instrumentais básicas;
- Espírito público: o cidadão e o profissional ético comprometido com os problemas da comunidade;

- Com aptidão para abstrair e captar a essência das coisas através de fatos e relatos em diversificadas situações,
- Com capacidade acurada e natural para lidar com detalhes, precisão e formalismo;
- O espírito empreendedor; e
- Uma rede de agentes empenhados no desenvolvimento do Agronegócio na região.

A grade curricular foi estruturada em função dos objetivos propostos pelo curso, buscando formar o profissional capacitado para analisar, planejar e implantar e controlar programas destinados a criar, desenvolver e manter trocas com o mercado-alvo.

As disciplinas básicas e instrumentais procuram desenvolver no aluno a racionalidade instrumental através de disciplinas como matemática, estatística, e também desenvolver um espírito público, através da cidadania, profissionalismo e ética, com base nas disciplinas de filosofia, sociologia e psicologia.

A capacidade empreendedora do aluno que se deseja formar no curso está pautada na disciplina de Administração Empreendedora, entretanto todas as disciplinas voltam para o desenvolvimento de habilidades que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão na administração.

As disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa e Comunicação e Expressão são importantes no sentido de entender que o aluno do curso de Administração precisa indiscutivelmente comunicar-se oralmente e por escrito, expressando suas idéias através da abstração e crítica.

O profissional deverá ter espírito empreendedor, capaz tanto de gerar novos negócios, quanto de promover mudanças nas organizações existentes, de modo a atender as necessidades atuais e futuras das empresas e da sociedade.

Para tanto, os administradores deverão possuir sólida formação em disciplinas profissionalizantes como marketing, finanças, logística, sistemas de informação, gestão de recursos humanos, administração da produção, análise organizacional, dentre outras.

As disciplinas específicas da habilitação permitem ao aluno vivências

sobre a realidade do curso, enfatizando aspectos de economia rural, administração rural, agroindústria, uso e conservação dos solos, agricultura geral, direito agrário, zootecnia, silvicultura, dentre outras.

4.3 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIOS

O Projeto Pedagógico do Curso aponta que a formação do profissional em Agronegócio daquela IES deve ser ampla e ao final do Curso intenciona-se que este tenha capacidade de integrar de forma harmônica os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, habilidades e atitudes e assim tornar-se apto a (Anexo A – Habilidades e Competências):

- Comprometer-se com o desenvolvimento sustentável, analisar e propor o ponto de equilíbrio de acordo com a realidade regional e cultural do meio onde se insere;
- Comunicar-se e incentivar trabalho em equipe, valorizando parcerias, atuando multiprofissionalmente e interdisciplinarmente, baseado na convicção científica, da cidadania e da ética;
- Comunicar-se, compreender e ser compreendido por diferentes pessoas, grupos e comunidades;
- Assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade, desenvolvendo todas as atividades com atuação ética fundamentada em valores universalmente consagrados;
- Gerenciar recursos de todas as dimensões e a inter-relação entre eles em ações multidisciplinares demandadas pelo desenvolvimento sustentável;
- Compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário;
- Apoderar-se de instrumentos metodológicos de trabalho, que aliados aos embasamentos técnico-científicos formam um conjunto de atuação que necessita estar em constante construção, de acordo com a realidade vivida em cada situação;
- Conhecer e compreender todas as etapas do processo de produção agrícola, do planejamento da produção, processamento final e

comercialização do produto;

- Propor tecnologias compatíveis com o diagnóstico dos diferentes contextos sócio-econômicos e ambientais e formas na produção agrícola;

- Desenvolver e executar projetos de iniciação à pesquisa e extensão que contribuam na produção do conhecimento, socializando o saber científico produzido;

- Desenvolver atividades de tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal e animal;

- Prestar serviços de extensão, iniciação à pesquisa, acompanhamento técnico, assessoria e consultoria à empresas, órgãos governamentais, cooperativas, organizações não governamentais, particulares ou comunidades na área da produção agrícola e do desenvolvimento rural;

- Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;

- Projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar tecnicamente e economicamente em mercados do complexo agroindustrial; em estudos, projetos e execução de serviços de mecânica agrícola, de processos de adubação, colheita e beneficiamento de produtos agrícolas; em fiscalização de indústria e comércio de adubos e agrotóxicos; em aplicações de medidas de defesa e vigilância sanitária vegetal; no desenvolvimento de atividades de produção na área de sistemas pastoris, agroflorestais e zootécnicos; em projetos de recuperação ou conservação de microbacias e planejamento ambiental;

- Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação.

- Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do

mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes;

- Atuar na direção, pesquisa e docência em instituto de pesquisa e ensino médio e superior;
- Elaborar criticamente o amplo espectro de questões técnicas, científicas, filosóficas, éticas, políticas, sociais e culturais implicadas na atuação profissional do engenheiro agrônomo, sendo capaz de intervir nas diversas áreas onde sua atuação profissional seja necessária.

4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Observa-se que a IES tem como foco formar e desenvolver nos futuros profissionais de Agronegócios as competências exigidas pelo mercado:

- Demonstrar compreensão do todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como suas relações com o ambiente externo;
- Lidar com modelos de gestão inovadores;
- Resolver situações com flexibilidade e criatividade diante dos desafios do mercado;
- Selecionar estratégias e tomar decisões em ambientes turbulentos e de competição acirrada;
- Utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos.
- Ordenar atividades e programas de forma a possibilitar a decisão entre alternativas, identificando e dimensionando riscos;
- Atuar em equipes interdisciplinares e multifuncionais;
- Integrar a formação do ser e do profissional enquanto agente social e;
- Internalizar os valores de justiça e ética profissional.

E, ter habilidades, na visão de Argyris (1999, p.14), significa: “fazer as coisas funcionarem sem esforço e com certeza de conseguir repetir o feito sempre”.

O conceito de habilidade está relacionado com a forma de execução de tarefas, na aplicação de conhecimentos, de agir, de pensar. A habilidade favorece a aplicação da competência e da aptidão. Aptidão é ter condições de raciocinar. Agilidade de raciocínio é habilidade. Falar é uma aptidão. Falar claro e objetivamente é uma habilidade. Associar idéias é uma aptidão. Escrever uma metáfora é uma habilidade. A habilidade é muito mais passível de ser treinada ou aperfeiçoada do que a aptidão (RESENDE, 2000).

Nesta perspectiva, fica claro nos documentos pedagógicos analisados que o aluno de Agronegócios terá oportunidade de desenvolver além de suas habilidades intelectuais e administrativas, habilidades interpessoais (liderança, criatividade, negociação, gerenciar equipes, motivação, flexibilidade de adaptação).

5 ESTUDO COM OS EGRESSOS (2005-2008) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS DA UNIGUAÇU

5.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Tendo em vista o exposto no referencial teórico, a pesquisa ora proposta estudou e observou a influência dos egressos do curso de graduação em Administração com Ênfase em Agronegócios no desenvolvimento do setor na Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC, no período de 2005 a 2008.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, dados colhidos no período de outubro de 2008 a março de 2009, através da aplicação de um questionário aos egressos do Curso de Graduação em Administração com Ênfase em Agronegócio da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU, faculdade do interior do estado do PR.

Identificar a influência da participação efetiva do egresso do curso de Administração com Ênfase em Agronegócios no mercado de trabalho, em virtude das inovações e incremento de habilidades e competências trazidas pela sua formação na referida graduação, auxiliando no desenvolvimento do setor de agronegócio da Região de União da Vitória-PR e Porto União – SC que é o objetivo desta pesquisa.

Nesta perspectiva, esta pesquisa traz informações, na intencionalidade de refletir e explicar as respostas dos itens a seguir:

- A questão da responsabilidade dos processos educacionais e da academia como um todo, na formação de profissionais competentes e capacitados para atender às demandas deste campo de atuação tão complexo e interdisciplinar que é o agronegócio;
- As tomadas de decisões na gestão, quando e onde os profissionais e instituições estão inseridos no ambiente organizacional, no que se refere à importância acadêmica, e como a pesquisa vem preencher uma lacuna no conjunto de trabalhos sobre a inserção dos egressos no setor de agronegócio;
- A educação superior, no que se refere ao Curso de Administração

com Ênfase em Agronegócio ofertado pela Uniguaçu, com o objetivo de mapear a situação dos egressos e percebê-los como atores que compõem o mercado de trabalho nas Gêmeas do Iguaçu.

5.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza –se quanto ao tipo de questionário aplicado como sendo quali-quantitativa considerada descritiva. Trata-se, ainda, de uma pesquisa exploratória e quanto aos procedimentos técnicos um estudo de caso.

Para Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia preferida quando as questões “como” ou “por que” são inicialmente colocadas, quando o investigador tem informações restritas sobre os eventos e quando o foco esta num fenômeno contemporâneo dentro de algum contexto real de vida, embora contribua somente para o conhecimento de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Lakatos e Marconi priorizam o estudo de caso como sendo:

[...] uma categoria de pesquisa, cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente, fundamentado na idéia de que a análise de uma unidade, de determinado universo, possibilita a compreensão da generalidade dele ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa (2006).

Tanto Yin quanto Lakatos e Marconi balizam a afirmação de que o estudo de caso é a melhor indicação para a metodologia deste estudo, por tratar das especificações mencionadas, uma vez que esse tipo de estudo formata a pesquisa quali-quantitativa.

Sendo assim esta pesquisa se desenvolve em uma situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Para se chegar aos caminhos pretendidos serão levantados nesta pesquisa dados secundários e primários. Lakatos e Markoni salientam que:

[...] os dados secundários são obtidos por meio de livros, material de internet, periódicos entre outros [...] e os dados primários são coletados por meio de análise documental, pela leitura e cadastramento da documentação (2006).

Os dados estão disponíveis na IES, facilitando a transcrição de dados obtidos nos documentos acima citados.

Ainda cabe salientar que serão aplicados dois questionários conforme modelos em anexo. O primeiro que conterá duas partes: identificação e questões propriamente ditas. O instrumento de coleta de dados foi dividido em dois questionários, sendo o primeiro composto por 13 questões, que buscarão obter informações acerca do perfil dos egressos (Anexo B – Questionário de Pesquisa – Egressos).

O segundo questionário (Anexo C – Questionário de Pesquisa – Empresas) foi destinado às empresas onde esses egressos trabalham no momento e foi composto de questões de respostas fechadas e abertas, abordando aspectos que tratam mais diretamente da grade curricular, alterações, impacto dessas modificações, motivos que levaram a essas mudanças e contribuição da formação no curso para o desenvolvimento local e regional.

É importante salientar que a seleção dos informantes para a coleta de dados dessa pesquisa teve como critérios ser egresso do Curso de Graduação em Administração com Ênfase em Agronegócio da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU, e ainda estar morando na Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC, pesquisa essa realizada com autorização da Instituição de Ensino (Anexo D - Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa).

5.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Inicialmente a população constituiu-se de 76 egressos do curso de graduação em Administração com Ênfase em Agronegócios na Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC, desde a formação da primeira

turma de graduados em 2005 até o ano de 2008, porém, levando em consideração o segundo critério de avaliação (morar na região), a população pesquisada totalizou 44 informantes.

A população estudada é composta por 19 indivíduos do sexo feminino com idade entre 21 e 30 anos e 25 indivíduos do sexo masculino, os quais estão distribuídos conforme a faixa etária:

- Entre 21 e 30 anos, 14 indivíduos;
- Entre 31 e 40 anos, 8 indivíduos;
- Acima de 41 anos, 3 indivíduos.

O perfil demográfico demonstra certa equivalência, no que se refere ao sexo dos egressos, ao contrario do que encontramos quando nos referimos a faixa etária, centrada entre 21 e 30 anos para o sexo feminino e amplamente distribuída entre a 21 e 40 anos para o sexo masculino.

A predominância de faixa etária mais jovem, entre 21 e 30 anos, no curso de Agronegócio também pode ser notada, resultado já apontado e justificado em outros estudos, como o SEMESP (2008):

Entre os profissionais entrevistados mais jovens, os resultados da pesquisa também registram a predominância dos egressos do Ensino Superior Particular. Os altos índices obtidos foram atribuídos ao maior crescimento de ingressos nas escolas particulares, associado ao reconhecimento da qualidade do seu ensino. O ensino superior particular responde por 74% das matrículas de graduação no Brasil.

Outra informação relevante para este estudo é que os 44 indivíduos que compõem a população encontram-se atualmente inseridas no mercado de trabalho, não necessariamente no setor de agronegócio, sejam empregados de empresas ou trabalhando de forma autônoma.

Também foram ouvidas 31 empresas, nas quais os 44 egressos encontram-se empregados atualmente, porém foi levado em consideração apenas o número de empresas que responderam ao questionário, que foram 25. O critério para a escolha das empresas foi o fato de serem empregadoras dos egressos pesquisados, portando fonte de informações imprescindíveis

para traçar as competências desenvolvidas pelos egressos.

Em continuidade, apresentar-se-á, em dois momentos, a leitura dos dados coletados juntos aos egressos do Curso em Administração com Ênfase em Agronegócios e a seguir dos dados coletados juntos às empresas de Porto União da Vitória SC/PR, as quais fizeram parte também dessa pesquisa.

5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.4.1 Entrevistas com egressos

O questionário aplicado aos egressos do curso de Administração em Agronegócios da UNIGUAÇU foi dividido em partes: caracterização do entrevistado; dados profissionais; permanência no mercado de trabalho; remuneração; nível de satisfação e educação contínua.

Com relação à primeira pergunta do questionário (**Você se encontra integrado no mercado de trabalho**) respondido pelos participantes da pesquisa, 100% (44 egressos) dos entrevistados responderam estar atualmente empregados, atuando em 31 empresas da região da região de União da Vitória – PR e Porto União – SC.

A segunda pergunta do questionário (**Indique o quanto seu trabalho se relaciona com o seu curso de graduação em agronegócio**) buscou saber o quanto o trabalho dos entrevistados está relacionado com atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com o Agronegócio.

Constata-se, por intermédio da Figura 1, que a grande maioria dos egressos afirma o quanto do trabalho em que estão inseridos atualmente se relaciona muito (70,45%) com os assuntos trabalhados no Curso de Administração com Ênfase em Agronegócio.

Dada a importância do setor de agronegócio na região e o crescimento do setor no país, verifica-se que existe sim uma demanda crescente de profissionais especializados na área de gestão do agronegócio.

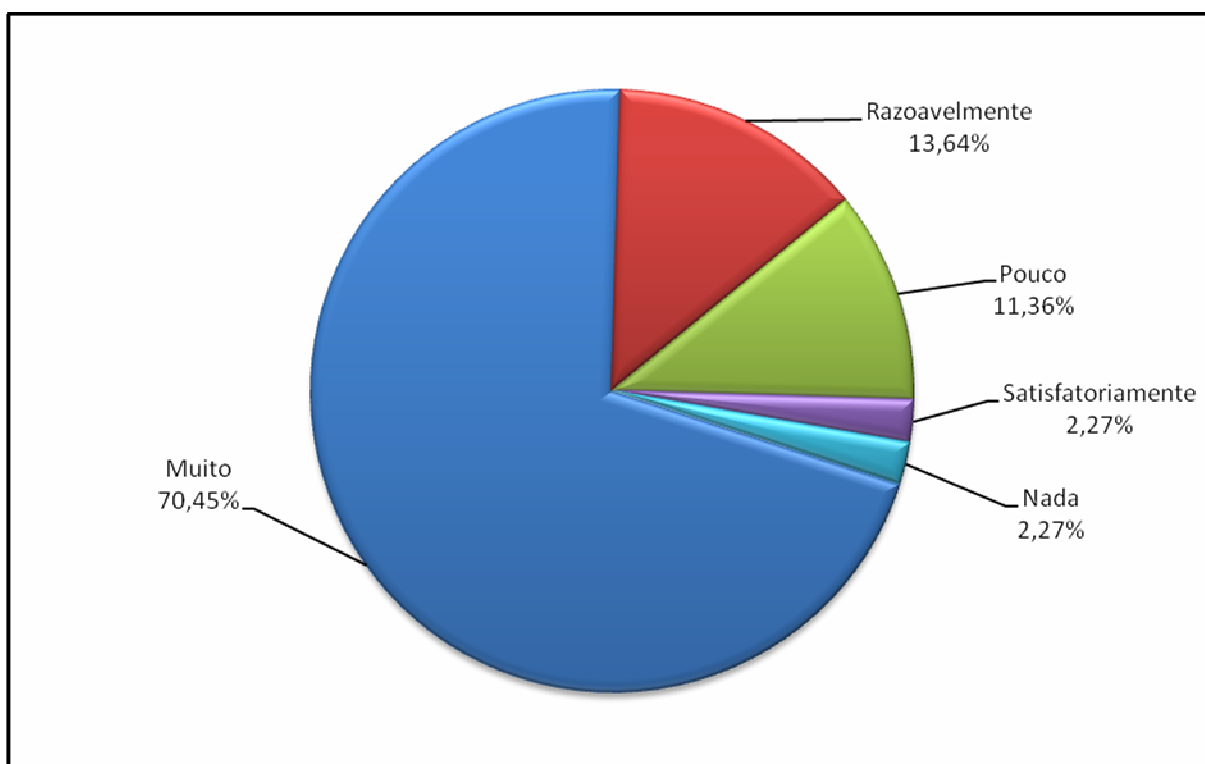


Figura 1 – Relação do trabalho com o Agronegócio
Fonte: Pesquisa de Campo

Os resultados da pesquisa demonstram desta forma que a graduação em um curso superior constitui, efetivamente, um importante alavancador de uma carreira profissional, comprovando que o ensino superior aumenta a empregabilidade, o desenvolvimento profissional e também responsável pela melhoria na ocupação profissional de seus alunos, propiciando assim mobilidade social e aumento de renda.

Para complementar evidenciam-se as palavras de Sobrinho ao afirmar que:

[...] a necessidade de maior escolarização, em razão do aumento da competitividade, das inovações e transformações do estágio atual do capitalismo, às novidades no mundo do trabalho, às exigências de maior eficiência e produtividade e às mudanças no plano cultural e social (2003, p.162).

Na sequência do estudo, a terceira pergunta (**Caracterize a função que você desempenha**) demonstrada pela Figura 2, demonstra que a maioria dos entrevistados atua no mercado de trabalho como auxiliar administrativo (36,36%) ou outras funções (34,09%) e, em cargos de gerência (direção,

supervisão ou chefia) um total de 27,28%, ou seja, atuam em cargos de liderança, ou bem próximo dos líderes.

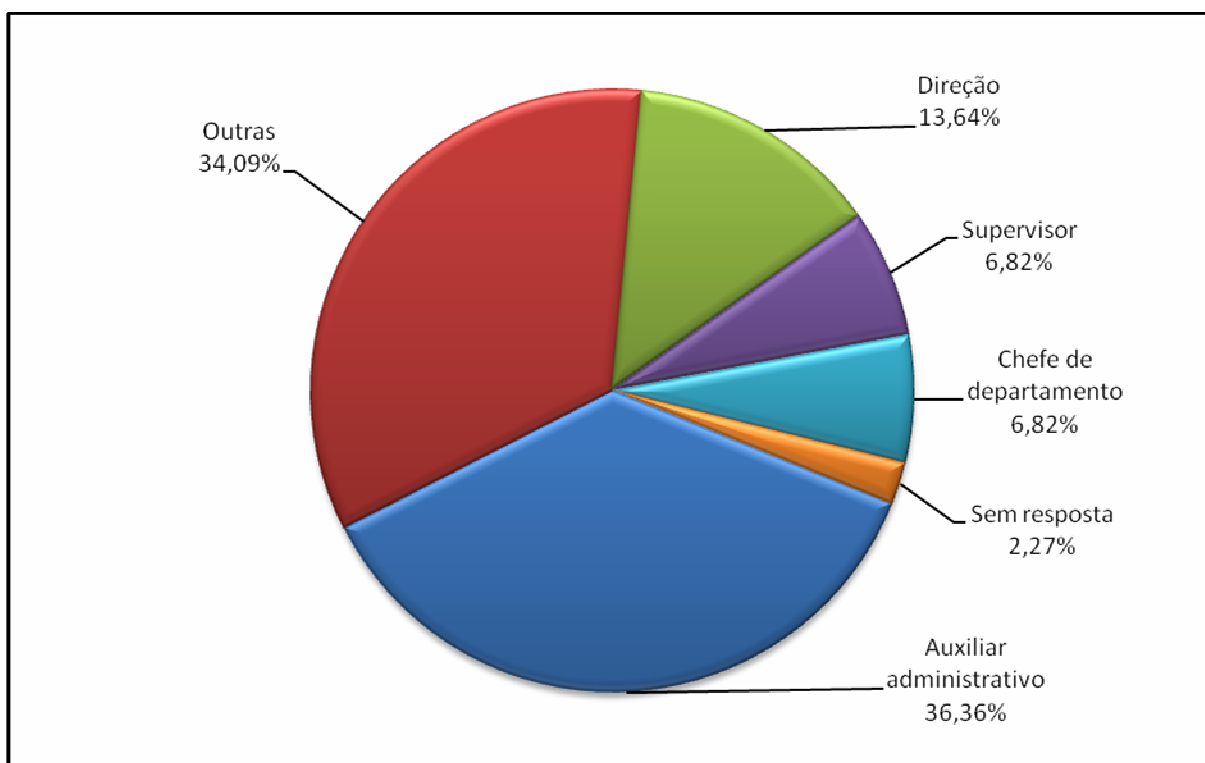


Figura 2 – Função que desempenha
Fonte: Pesquisa de Campo

Percebe-se assim que a formação acadêmica é responsável, sim, pelo desenvolvimento profissional, já afirmado anteriormente, porém percebe-se que o sucesso profissional não depende exclusivamente da formação acadêmica, existindo outros fatores, como a experiência profissional, como descreve Morais citado por Barbosa:

O Ensino Superior, em geral, está comprometido com o crescimento econômico e com a qualificação para o mercado de trabalho. No entanto, a expansão universitária embora tenha motivado a expansão universitária, somou outros critérios, como experiência profissional, para o ingresso e manutenção dos trabalhadores às atividades profissionais (2000).

O agronegócio, porém, devido a sua expansão acelerada nas últimas décadas tem absorvido cada vez mais a mão-de-obra qualificada como requisito para a construção de vantagem competitiva.

Partindo desta perspectiva realista e otimista, cresce em importância a construção de vantagens competitivas, decorrentes da maior produtividade no uso dos fatores de produção, principalmente através da tecnologia e da inovação, num ambiente de globalização econômica com as empresas dispersando suas atividades de suprimento de insumos e de acesso a maiores e novos mercados, no sentido de ampliar a escala de suas operações (GUIMARÃES, 2009).

A quarta pergunta (**Aponte os fatores que contribuíram para ingressar no mercado de trabalho**) ilustrada pela Figura 3 refere-se aos fatores considerados importantes para a inserção do egresso no mercado e trabalho, neste caso os acadêmicos citam como pontos relevantes para sua inserção, em primeiro lugar a boa formação acadêmica (31,03%) que obtiveram e as atividades de estágio curricular (10,34%).

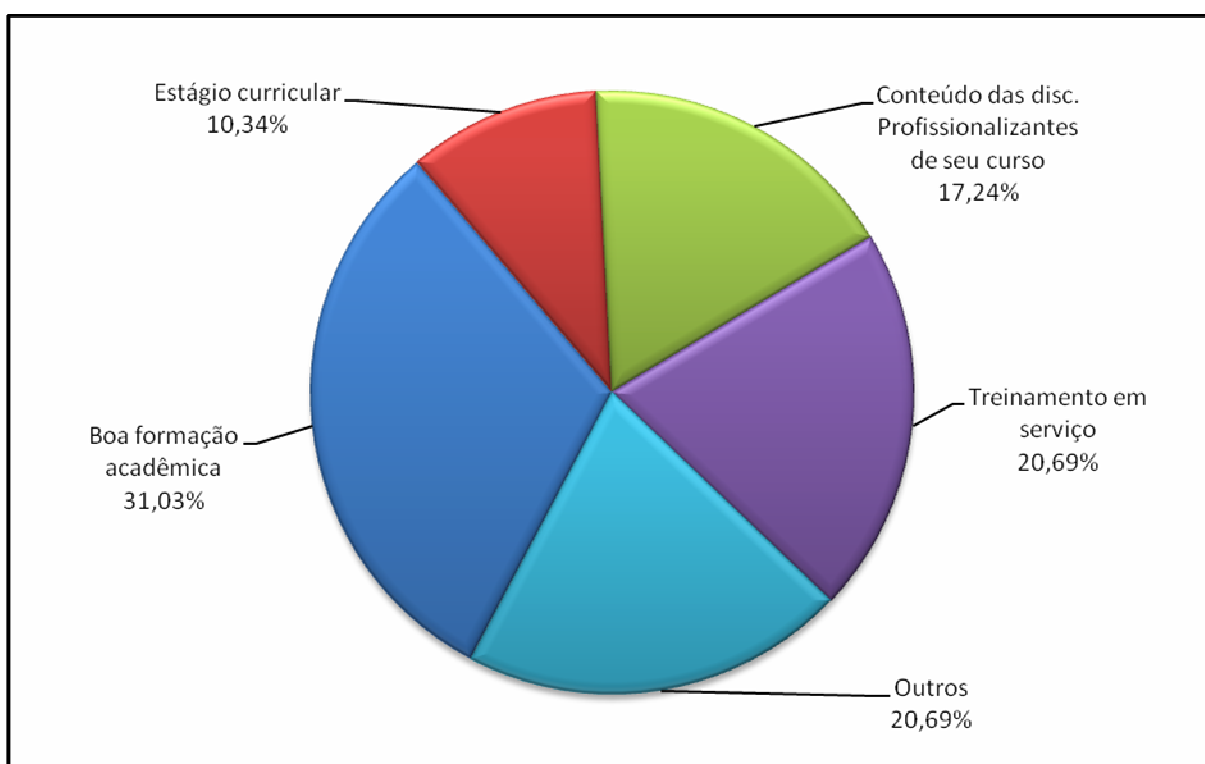


Figura 3 – Fatores importantes para ingressar no setor de agronegócio
Fonte: Pesquisa de Campo

Os resultados condizem com o que alude Alperstedt (2001) ao afirmar que as pessoas têm percebido a exigência de atualização constante como fator preponderante da ampliação de suas chances de recolocação no mercado de trabalho e complementa que a busca do conhecimento deve caracterizar-se por uma postura pró-ativa, à frente das mudanças.

Destaca-se, ainda, a parte prática do Curso, onde os entrevistados ressaltaram que os conteúdos das disciplinas profissionalizantes (17,24%) foram importantes para colocação profissional.

Uma das tendências que distingue a era atual é que o conhecimento está sendo voltado à especialização, proporcionando uma unificação entre o conhecimento e a prática (SANTOMÉ, 1998).

Treinamentos oferecidos pela empresa ficaram em terceiro lugar com um percentual inferior (20,69%) àqueles que somados (31,03%) apontaram as informações obtidas na sua formação acadêmica como preponderantes para o sucesso profissional.

A quinta pergunta (**Aponte os fatores que contribuíram para se manter no mercado de trabalho**) mostra que os egressos entrevistados responderam que a capacitação recebida na empresa e a experiência anterior (61,22%) foi o que os manteve no mercado. Nota-se aqui uma contradição com os dados lidos na figura anterior, como mostra a Figura 4.

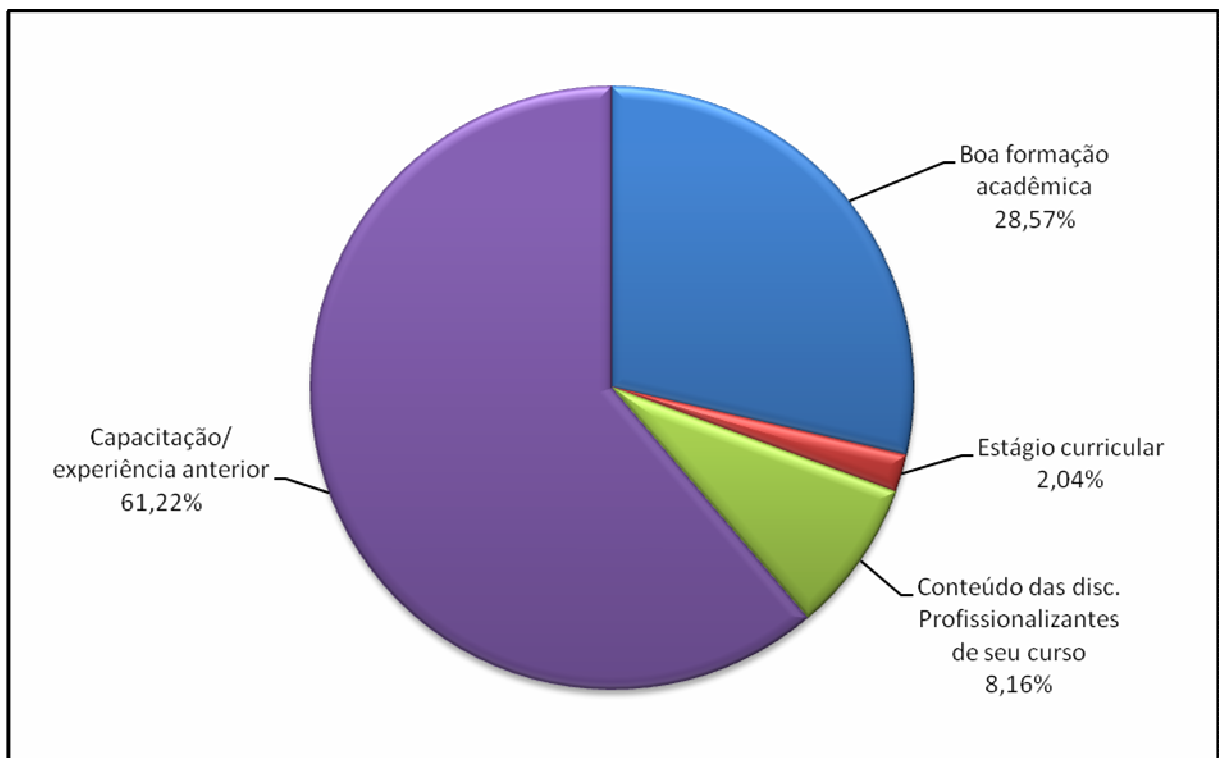


Figura 4 – Aponte os fatores que contribuíram para você se manter no mercado de trabalho

Fonte: Pesquisa de Campo

Muito se questiona sobre quando a experiência profissional pode realmente ser considerada um acréscimo ao capital humano, principalmente quando muitos indivíduos encerram sua educação formal quando ainda jovens para entrarem no mercado de trabalho (LAM; LEVINSON, 1990).

Porém, a carreira profissional vem se redimensionando, especialmente pelos impactos significativos em decorrência das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo decorrentes da globalização e dos avanços tecnológicos.

O universo do trabalho sofreu, nos últimos anos, impactos significativos em decorrência da reestruturação e automatização dos serviços e processos produtivos, diminuindo bruscamente o número de trabalhadores e exigindo profissionais mais qualificados para desempenhar as novas atribuições. As repercussões da reestruturação produtiva na subjetividade de trabalhadores alertam para a questão da exacerbação da individualidade e da competitividade mais acirrada nas relações do trabalho capitalista, chamando atenção as questões relacionadas à imprevisibilidade do tempo em termos de carreira profissional (SOARES; SESTREN, 2007, p.66).

A demanda por certos tipos, padrões e quantidades de profissionais é evidenciada por Schwartzman (1981) que afirma que esta obedece às leis econômicas da oferta e da procura, condicionada pela capacidade que têm os grupos e corporações profissionais de imporem a sociedade um certo padrão profissional e determinados níveis de remuneração considerados "adequados".

Existem vários mecanismos para isto, que vão desde a criação de monopólios legais para o exercício de certas profissões até a definição de currículos e limitação de vagas. A demanda depende, em parte, da necessidade que sente a sociedade pelos serviços dos profissionais, necessidade esta que é freqüentemente condicionada pelos próprios profissionais. Por outra parte, ela depende de quanto a sociedade pode e está disposta a pagar pelos serviços destes profissionais, em função de prioridades alternativas (SCHWARTZMAN, 1981).

Analisando-se a sexta pergunta (**O curso de graduação realizado na Uniguaçu contribuiu para o crescimento profissional e desempenho profissional**), percebe-se que os egressos quando questionados em relação

à contribuição da formação superior no seu histórico profissional, definem como razoavelmente (18,18%) importante tal questão. Muito satisfeitos e satisfatoriamente satisfeitos estão (13,64% e 45,45% respectivamente), como mostra a Figura 5.

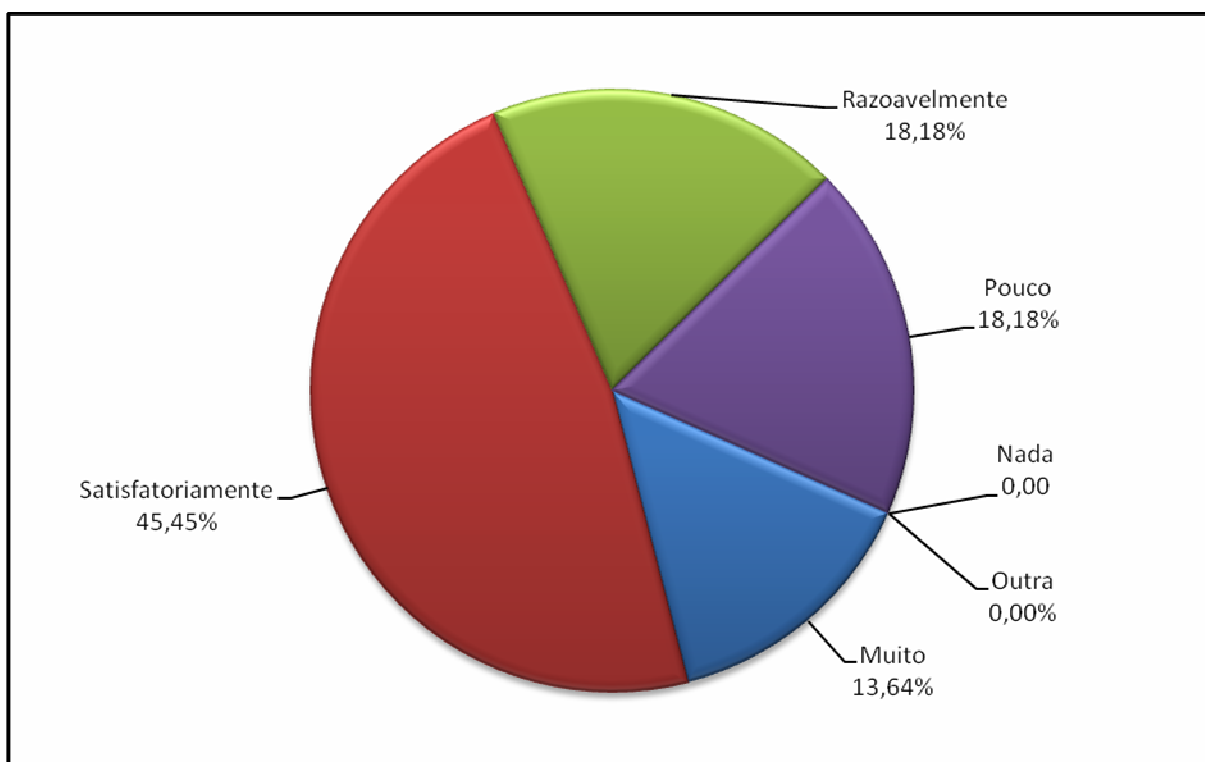


Figura 5 – O curso de graduação realizado na Uniguaçu contribuiu para o crescimento profissional e desempenho profissional

Fonte: Pesquisa de Campo

Assim percebe-se que a demanda por profissionais capacitados em Agronegócio, possuem mercado para atuarem, pois existe demanda por este tipo de profissional e como demonstra a pesquisa, o curso contribui de forma satisfatória para a inserção destes profissionais no mercado.

Percebe-se, entretanto a necessidade da formação do profissional estar direcionada ao que se espera que ele faça no mercado de trabalho deve ser quebrada a excessiva importância dada aos conteúdos isolados, organizados como disciplina.

De acordo com a sétima pergunta (**Antes da sua graduação você estava inserido no mercado de trabalho?**), representada graficamente na Figura 6, o número total de 68,18% respondentes não estavam inserido no mercado de trabalho antes de iniciar o Curso Superior.

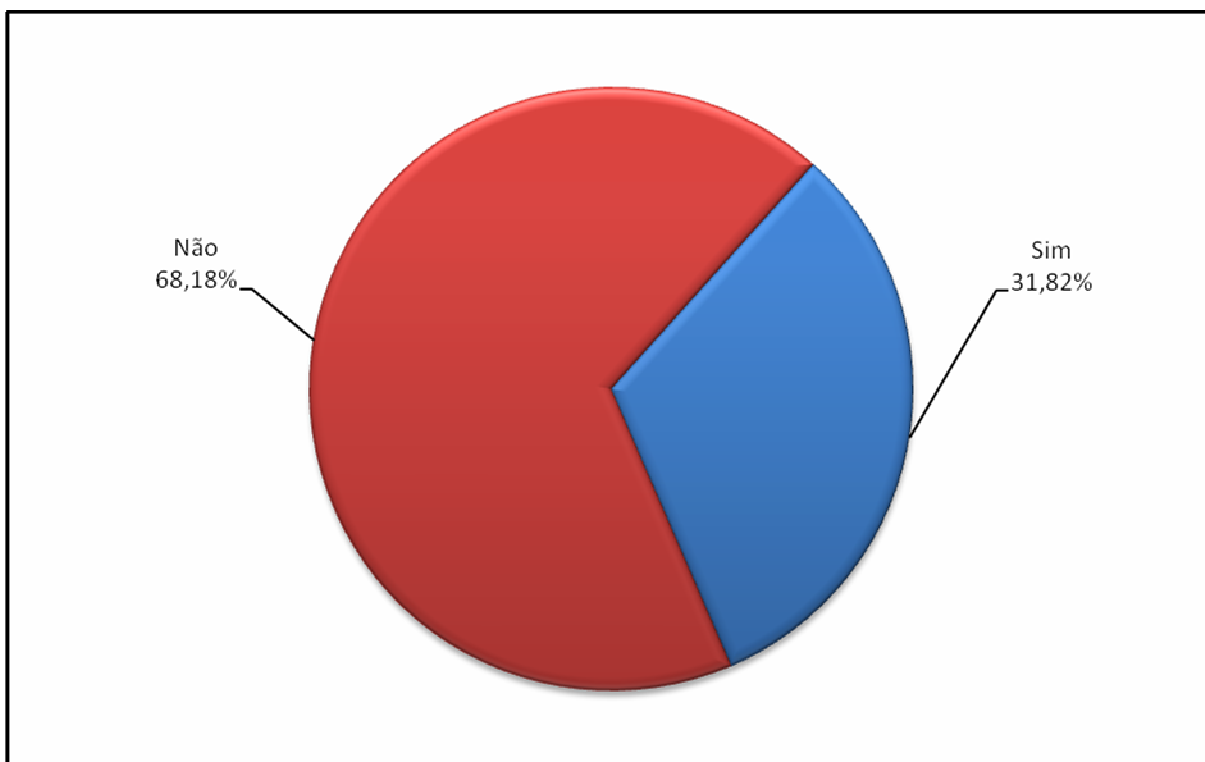


Figura 6 – Antes da sua graduação você trabalhava?
Fonte: Pesquisa de Campo

Para avaliarmos melhor esta questão, recorreremos a 1ª questão avaliada na pesquisa. Somando a relação à área de trabalho que os egressos atuam que neste estudo chegou a 70,45% (vide Figura 1), percebe-se que o setor de Agronegócio possui grande potencial de profissionais qualificados, devido a sua expansão, como descreve Guimarães.

[...] o perfil do profissional que trabalha no agronegócio também mudou. Essas empresas atuam de forma sistêmica. Assim, além da especialização, as empresas esperam contar com o conhecimento multidisciplinar e a subjetividade desses profissionais, pois é imprescindível que estes compreendam o processo que acontece em cada elo que envolve o seu setor (2009).

A análise da oitava pergunta (**Antes da graduação em Administração qual era a sua renda**) feita pela leitura da Figura 7, os acadêmicos afirmam, na sua maioria (56,82%) que recebiam até um salário mínimo antes da formação superior, enquanto apenas 13,64%) recebia de dois à três salários mínimos.

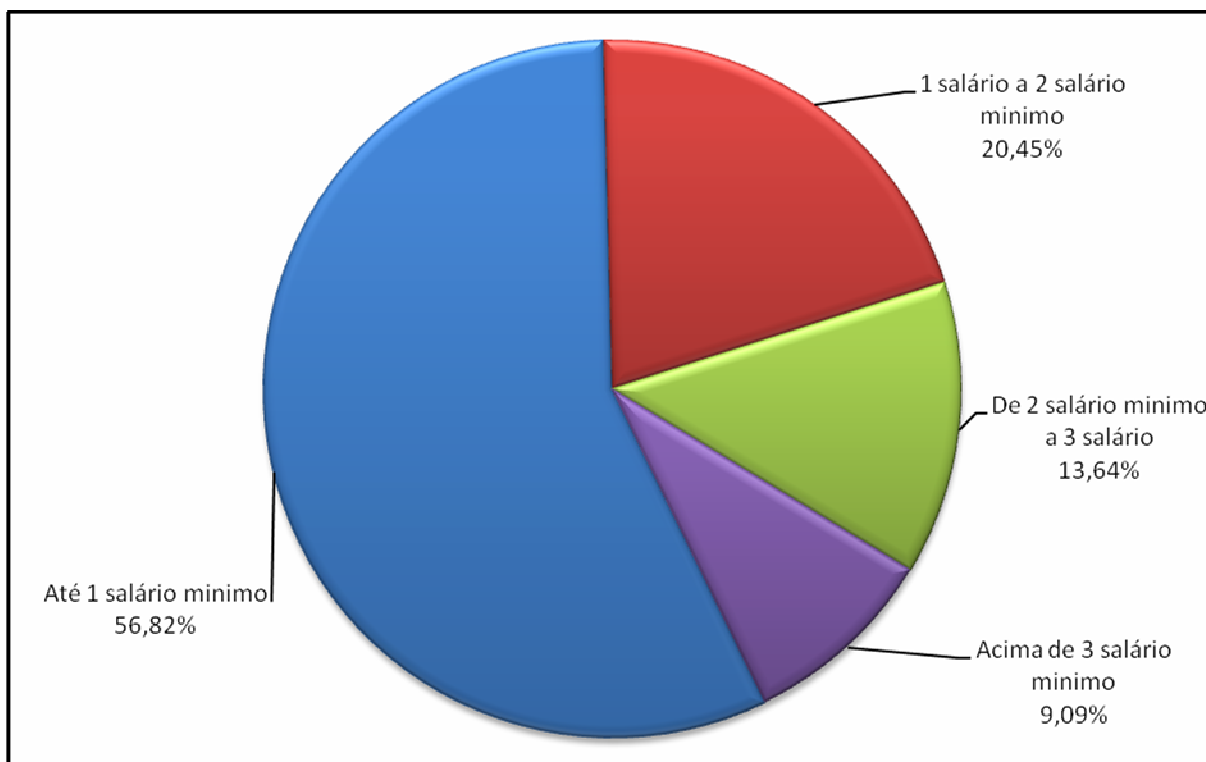


Figura 7 – Antes da graduação em Administração qual era a sua renda?

Fonte: Pesquisa de Campo

Dando continuidade à leitura dos dados, apresenta-se na Figura 8 a análise da nona pergunta (**Se teve alteração salarial, para quanto sua renda aumentou?**). Depois de finalizar o Curso Superior, um percentual de (84,09%) respondentes afirma ter tido aumento de salário: de um salário mínimo para dois (56,82%), de dois para três (20,45%), de três para quatro (2,27%) e acima de quatro (4,55%).

Estudo realizado pelo SEMESP (2008) aponta que em relação à renda, a educação superior influencia ainda mais a carreira dos jovens profissionais e que a graduação superior propiciou uma elevação salarial média de 55% para $\frac{3}{4}$ dos jovens profissionais entrevistados, quando terminaram o curso ou no ano seguinte à sua conclusão.

Em nossa pesquisa, porém, observa-se aqui, que o esforço dos egressos para concluírem o curso superior teve reflexo positivo para um percentual de (84,09%) dos respondentes, porém não mensuramos o percentual de elevação salarial médio.

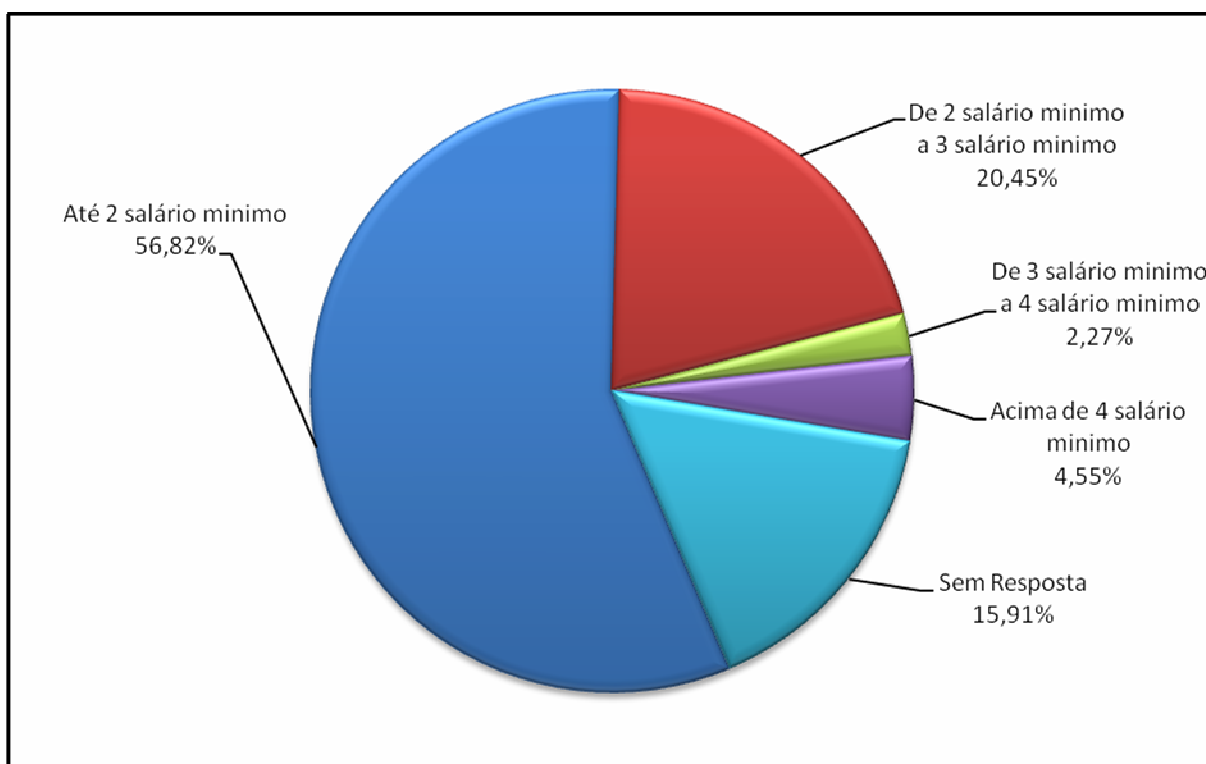


Figura 8 – Se teve alteração salarial, para quanto sua renda aumentou?

Fonte: Pesquisa de Campo

A leitura das Figuras 7 e 8 descrevem que a qualificação profissional, neste caso a educação, pode ser entendida como um investimento humano pois como descreve Pinho trata-se:

[...] da aplicação de recursos para obter, ulteriormente maior eficácia do trabalho, uma quantidade superior de bens e serviços, enfim, o aumento das quantidades físicas e intelectuais dos indivíduos considerados como agentes produtivos, atuais e futuros. Neste sentido, [...] a educação vem sendo considerada [...] como [...] um tipo de investimento para o desenvolvimento (1976, p.69).

Estudo apresentado por Menezes Filho (2008) demonstra o diferencial do Ensino Superior no Brasil vem crescendo continuamente, desde 1981 até os dias de hoje, conforme apresentado na Figura 9 (**Salário real por grupo de educação em 2006**), demonstrando que o mercado está precisando cada vez mais de trabalhadores com ensino superior e cada vez menos de trabalhadores que tenham apenas o ensino médio, explicando o aumento significativo do número de matrículas no ensino superior privado na última década, que passou de um milhão em 1993 para mais de três milhões em 2005.

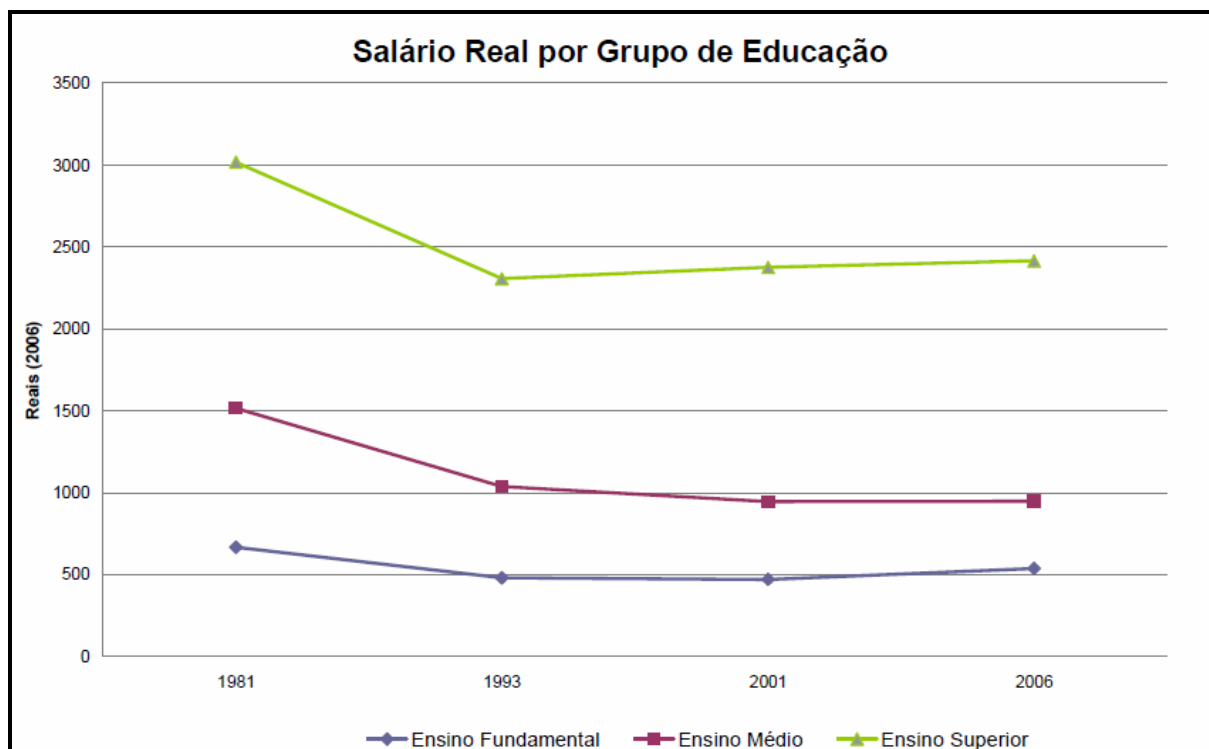


Figura 9 – Salário real por grupo de educação em 2006

Fonte: Menezes Filho, 2008

Na pergunta 10 (**Em qual área você trabalhava?**) observa-se que, entre os campos anteriores de atuação dos egressos foram elencados, por ordem e demonstrado na Figura 10:

- Prestação de serviço (4,55%);
- Comércio (90,09%);
- Técnico (4,55%);
- Agricultura (9,09%);
- Cargo público e indústria (2,27%);
- Não trabalhava (68,18%).

Estes resultados, associados diretamente a Figura 1, demonstram novamente que o setor de Agronegócio na Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC, possui demanda por profissionais qualificados.

Pode-se afirmar em um primeiro momento, que esta demanda por profissionais qualificados no setor de agronegócio, pode ter como fator de destaque a ausência de curso de formação superior específico da área e que a introdução do Curso de Administração com Ênfase em Agronegócio pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu veio suprir esta lacuna.

Verificou-se também o interesse despertado pelo curso de

Agronegócio, pois apenas 9,09% dos egressos entrevistados trabalhavam em áreas ligadas diretamente a agricultura, sendo o grupo formado por trabalhadores rurais de atividades voltadas para a chamada agricultura familiar.

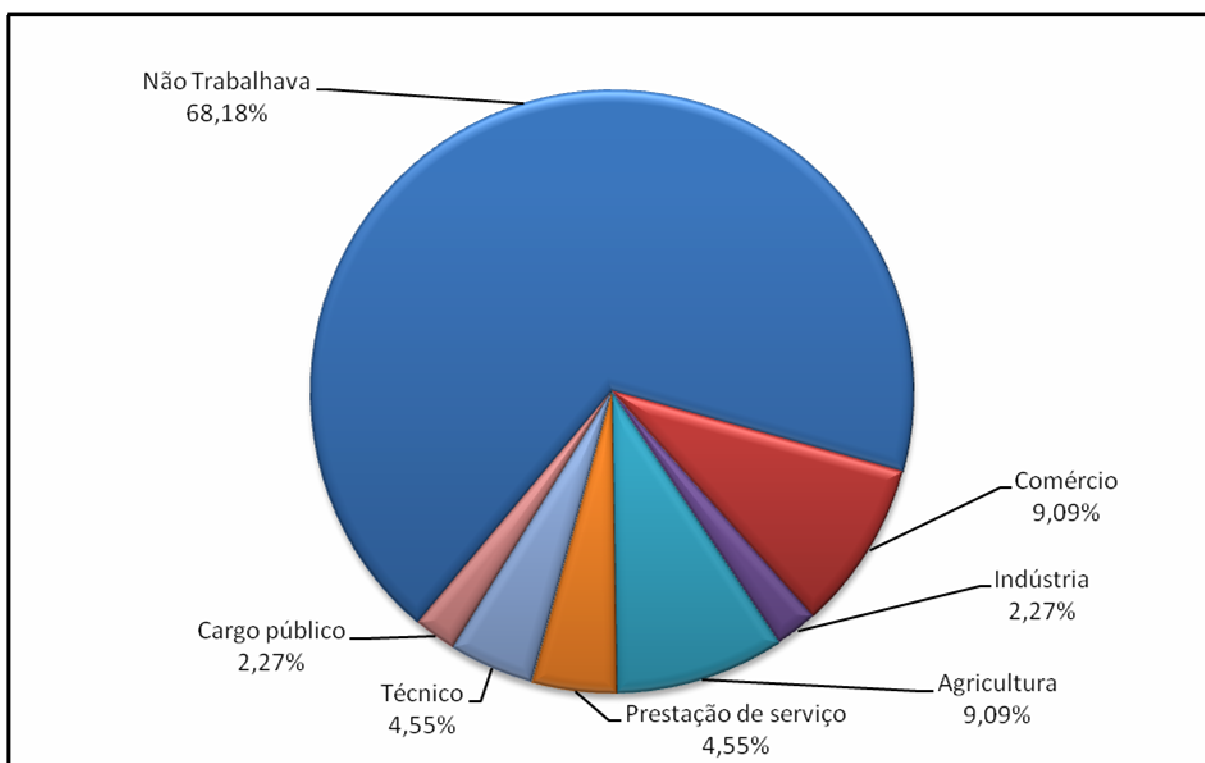


Figura 10 – Em qual área você trabalhava?

Fonte: Pesquisa de Campo

Continuando análise, a Figura 11 mostra que em relação à questão anterior verificou-se a grande maioria dos egressos não mudou de área de atuação (50%), porém conforme verificado na primeira questão da pesquisa, as empresas nas quais trabalham possuem atividades relacionadas diretamente com o Agronegócio (70,45%).

O agronegócio é formado por um conjunto de atividades interdependentes que têm em seu centro a agropecuária. Num dos pólos dessas atividades estão os fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas e, no outro, as atividades de processamento industrial, de distribuição e serviços.

O termo “agronegócio” é genérico e se refere a diversas atividades relacionadas com a produção de alimentos, incluindo agricultura, fornecimento de sementes, produtos químicos agrícolas, máquinas e

implementos agrícolas, vendas no atacado e distribuição, processamento, marketing e vendas no varejo. O termo apresenta duas conotações distintas que dependem do contexto (RIBEIRO, 2008).

Como podem ser verificados na descrição da pergunta 11 (**Se mudou de área, em qual área você está atuando?**) representada pela Figura 11, aqueles entrevistados que mudaram a área de atuação profissional estão inseridos por ordem: (34,09%) na indústria (13,64%) e cargo público, técnico e prestação de serviço (11,36%).

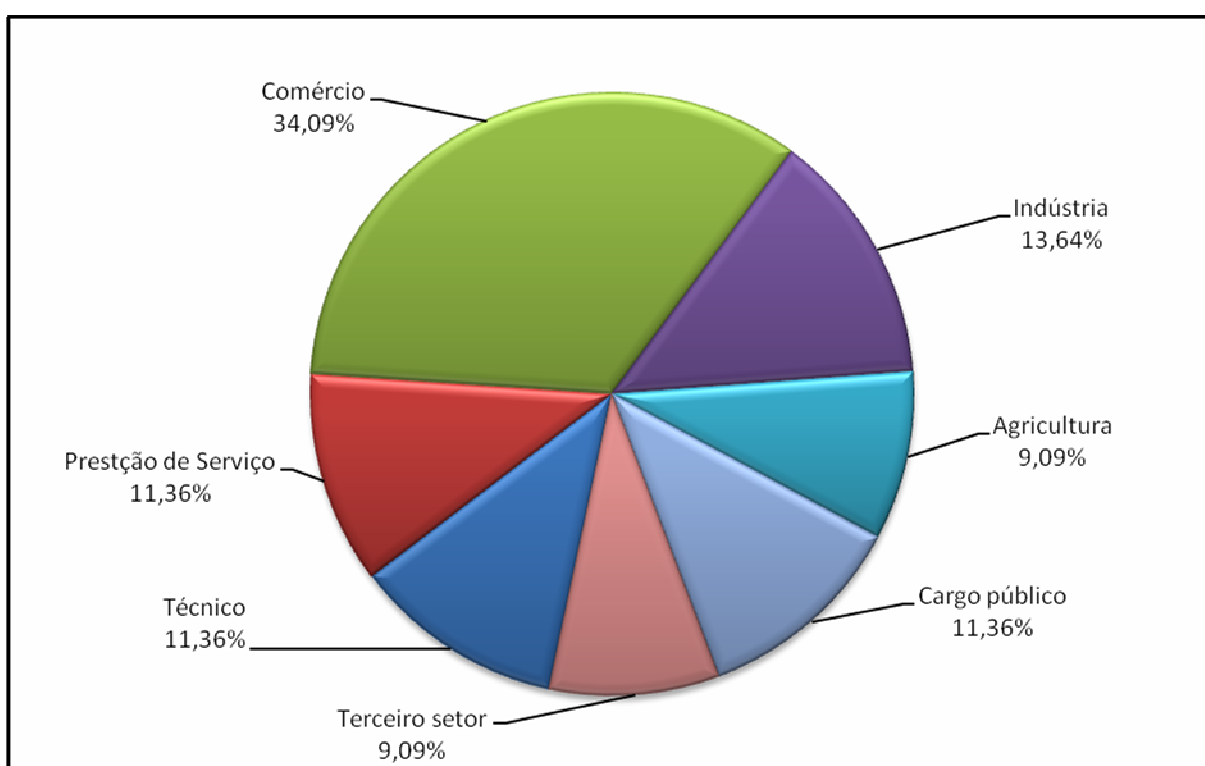


Figura 11 – Se mudou de área, em qual área você está atuando?

Fonte: Pesquisa de Campo

O índice de satisfação com o emprego atual, segundo dados coletados na pergunta 12 (**Você está satisfeito com seu emprego?**) e demonstrados na Figura 12 é de (72,73%) para a maioria dos entrevistados.

Em síntese, o perfil dos entrevistados pós- formação superior é de um grupo que apostou na continuidade da formação intelectual. Como resultados têm o aumento salarial da grande maioria dos entrevistados, o que aponta a formação acadêmica como potencialmente positiva, tanto quanto ao desenvolvimento econômico pessoal, quanto regional.

Ainda temos, em uma leitura mais apurada, egressos que continuam no mercado do trabalho, pois nenhum dos entrevistados relata estar desempregado. Um percentual significativo dos entrevistados está atuando na área agrícola.

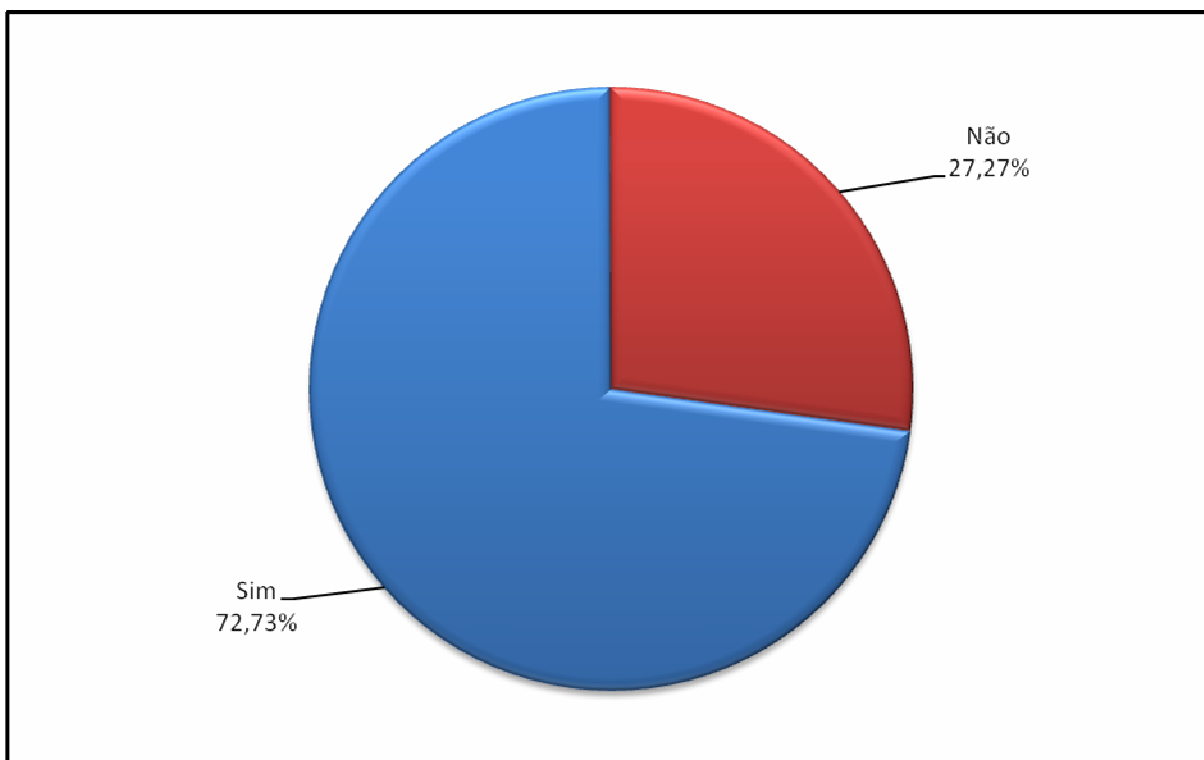


Figura 12 – Você está satisfeito com seu emprego?
Fonte: Pesquisa de Campo

Em se tratando de educação continuada, a Figura 13 possibilita a leitura de que todos os egressos pretendem dar continuidade aos estudos, realizada através da pergunta 13 (**Pretensão de curso após ter concluído o curso de graduação na Uniguaçu**).

A maioria pretende a realização de especialização *strictu-sensu* (21%). Ainda, o aperfeiçoamento na área de agronegócio foi buscada pela maioria dos entrevistados. Nesta questão, os egressos poderiam escolher mais uma questão como resposta.

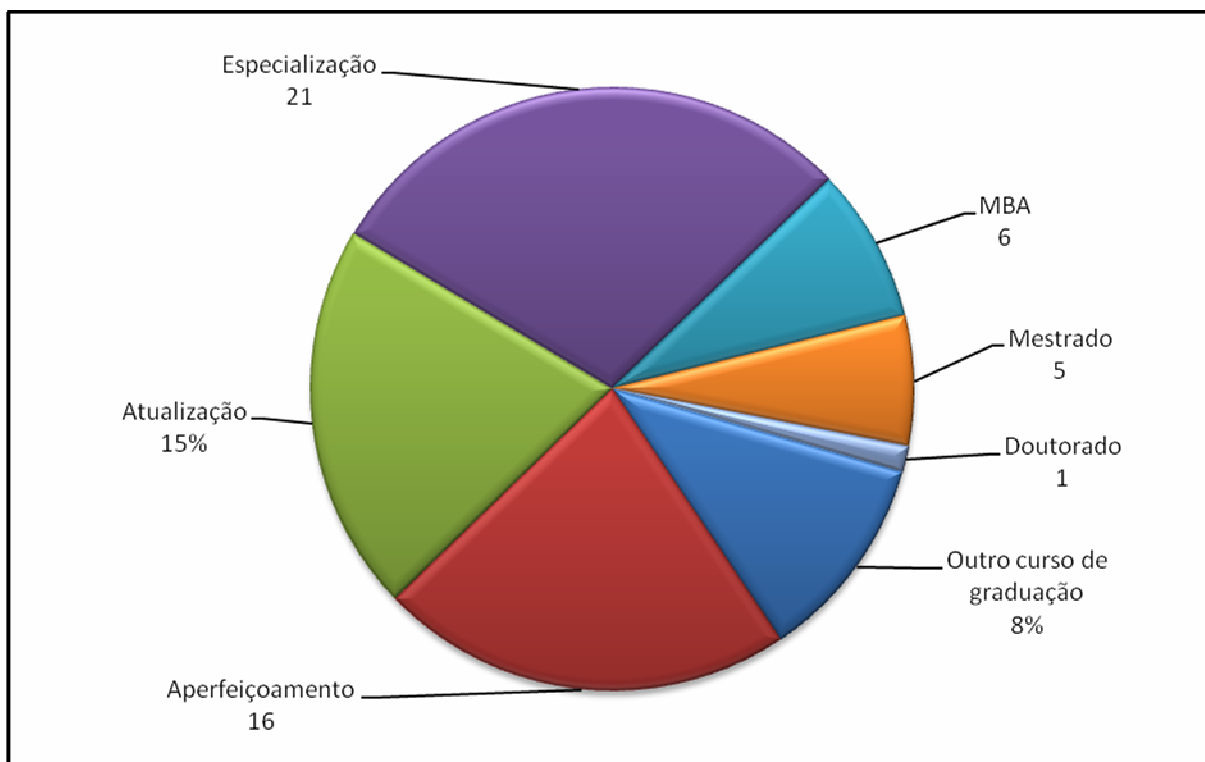


Figura 13 – Pretensão de curso após ter concluído o curso de graduação
Fonte: Pesquisa de Campo

Mesmo havendo mudança de área de trabalho, percebe-se que os egressos transitaram entre a área administrativa privada para empregos públicos, ou para a indústria e comércio.

5.4.2 Entrevistas com as empresas

A pesquisa com as empresas teve como finalidade averiguar se os egressos do Curso de Administração em Agronegócios foram absorvidos pelo mercado de trabalho e se o desenvolvimento de competências foi importante para estarem trabalhando no setor.

Por verificar-se que a maioria dos egressos 70,45% trabalha atualmente em empresas com atividades ligadas diretamente ao agronegócio, tendo como principais ramos de atividade a indústria, o comércio e o setor de serviços.

Na Figura 14 pode-se visualizar que 10% das empresas entrevistadas fazem parte da indústria; 50% são voltadas ao comércio; 30% são prestadoras de serviço; 5% atuam no terceiro setor e 5% em outras atividades.

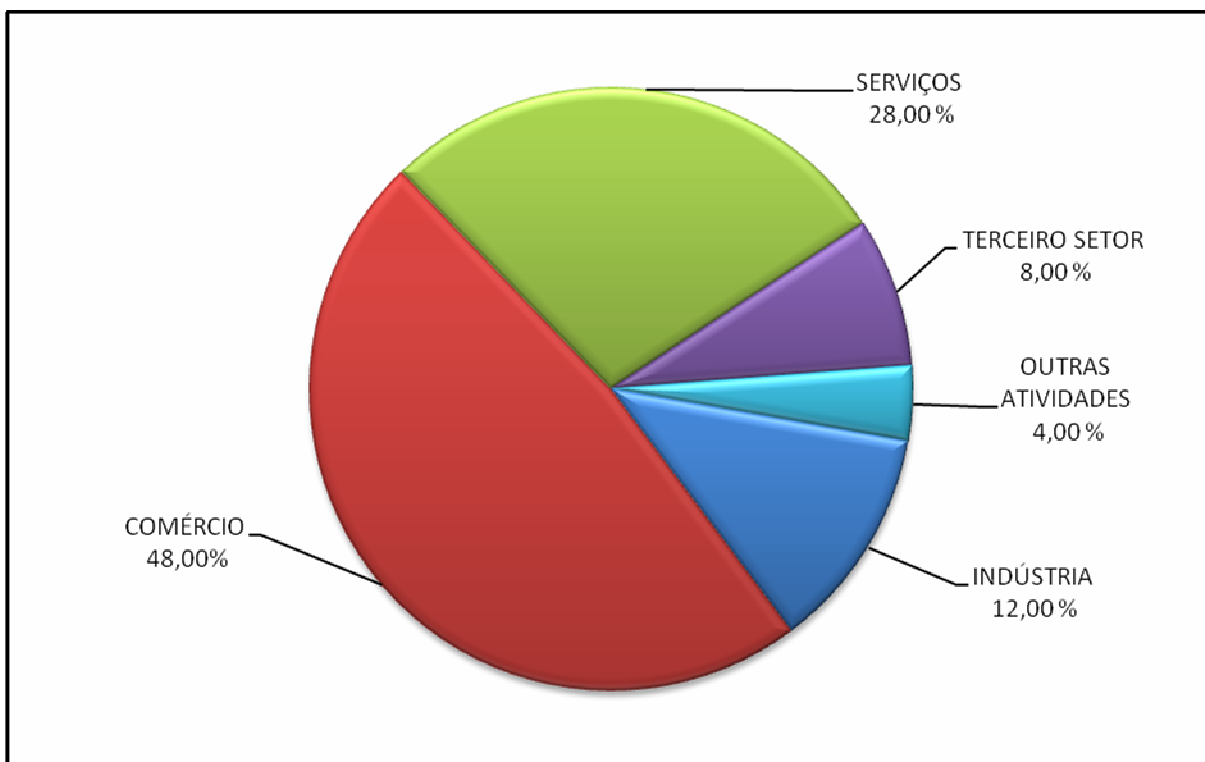


Figura 14 – Ramo de atividade
Fonte: Pesquisa de Campo

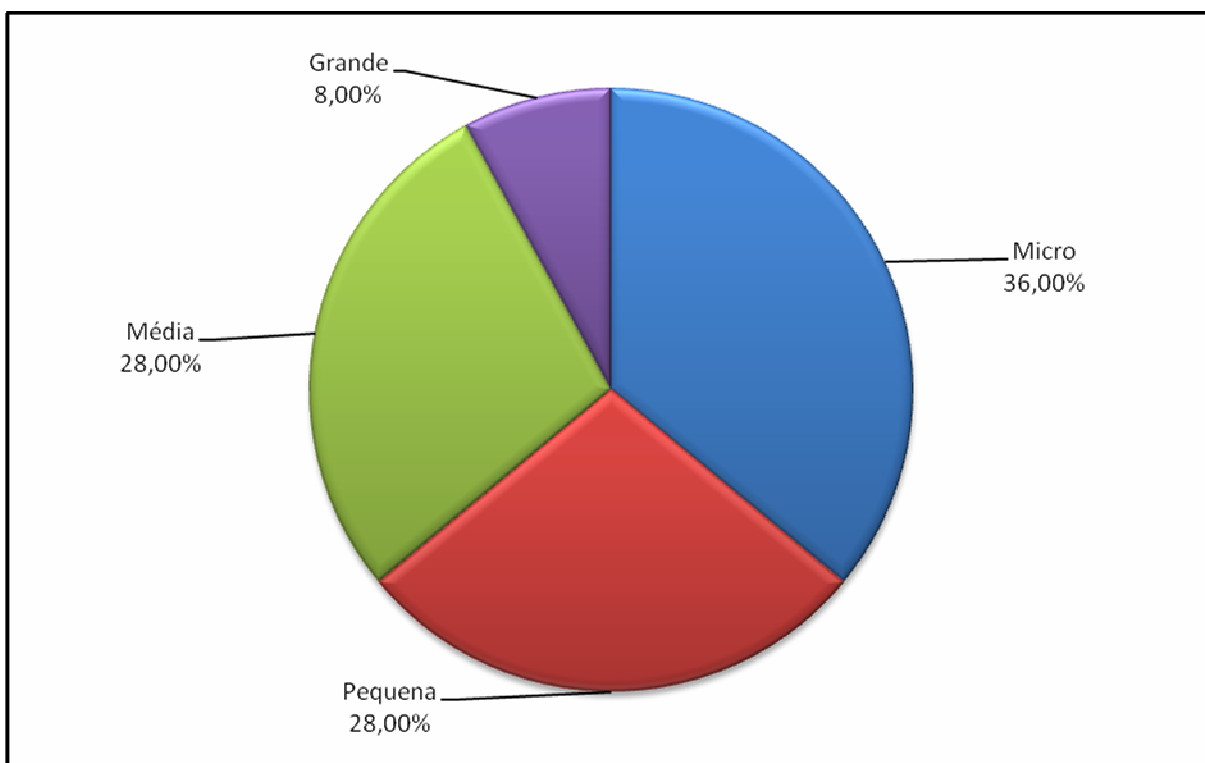


Figura 15 – Tamanho da empresa
Fonte: Pesquisa de Campo

De um modo geral, as micro e pequena empresas são compostas em

sua maioria por empreendedores familiares com pouco capital para ser investido em tecnologias de ponta.

É consenso no meio acadêmico e empresarial que o capital humano é considerado como diferencial competitivo para as empresas.

O aprendizado é a aquisição de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades que fazem com que indivíduos ou organizações sejam mais bem sucedidos na obtenção de suas próprias metas. Ele é responsável pelo desenvolvimento de habilidades tanto em nível organizacional quanto individual, possuindo forte determinação social (CAMPOS *et al.*, 2003).

O profissional que as empresas necessitam para atuar no agronegócio deve apresentar um perfil marcado por uma visão estratégica que perpassa diferentes atividades econômicas, tal como as matérias-primas agrícolas que se transformam em diferentes produtos.

Borrás e Batalha (1998) descrevem que o profissional exigido pelas empresas para atuar neste campo deve reunir conhecimentos técnicos, que são próprios da atividade da produção agropecuária e do processamento de seus produtos, com uma sólida formação em gestão. Este profissional deve ser capaz de entender as interconexões entre os segmentos básicos do agronegócio (produção de insumos e equipamentos, agropecuária, industrialização e comercialização) que forma as cadeias produtivas.

[...] alterações na base técnica do processo produtivo criam novas demandas para a formação da mão-de-obra, concretizando-se uma necessidade de reformulação do processo formativo da classe proletária para o trabalho para que passe a corresponder às novas competências exigidas pela classe dominante, tais como: capacidade de trabalho em equipe, comunicabilidade, resolução de problemas, decisão, criatividade, responsabilidade pessoal sob a produção, conhecimentos gerais e técnico-tecnológicos (língua inglesa e informática, por exemplo) (SOBRINHO, 2005, p.59)

O conjunto de competências para o ato produtivo passa a ser denominado de Capital Humano, cujo conceito reconhece que os seres humanos são tão ou mais importantes do que o capital físico para a atividade de criar riqueza e gerar sucesso econômico (HECKMAN, *apud* BEGNIS *et al.*, 2007).

No que tange o agronegócio, Borrás e Batalha (1998) ressaltam que:

[...] as agroindústrias possuem carências por profissionais de visão sistêmica que agreguem competências gerenciais a estas organizações para que sejam capazes de atender às demandas do mercado e se tornarem competitivas.

A Figura 16 demonstra quais as competências desenvolvidas pelos egressos do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio observadas e relatadas pelas empresas que os empregam na atualidade.

Para medição das competências utilizou-se como critério avaliativo os seguintes conceitos:

- Conceito 0 = Menor importância ou resultado não percebido;
- Conceito 1 = Pouca importância ou resultado pouco percebido;
- Conceito 2 = Importância satisfatória;
- Conceito 3 = Resultado importante claramente percebido.

A Figura 16 demonstra as competências com menor grau de importância ou resultado não percebido.

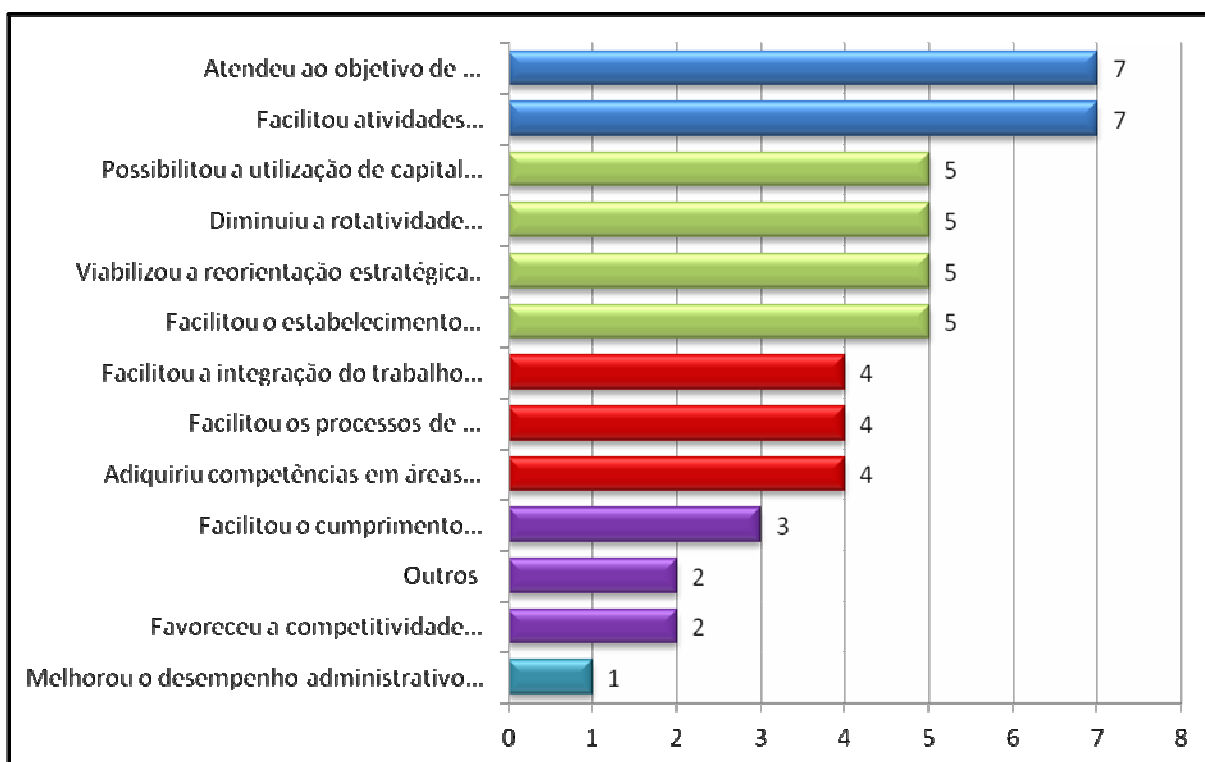


Figura 16 – Competências Desenvolvidas – Conceito 0

Fonte: Pesquisa de Campo

As principais competências desenvolvidas pelos egressos foram avaliadas como de menor importância (conceito 0) para as empresas dentro dos critérios de avaliação em primeiro lugar: “facilitou atividades de integração da empresa no mercado globalizado, inclusive com aumento de produção” e “possibilitou a utilização de capital intelectual da instituição para venda de serviços a outras empresas”, sendo anotadas por 7 empresas.

Da mesma forma, observa-se na Figura 17 que as empresas qualificaram como de pouca importância ou resultado pouco percebido, lembrado por 5 empresas, as seguintes competências:

- Adquiriu competências em áreas técnicas nas quais a empresa não tinha capacitação compatível com a demanda;
- Facilitou os processos de inovação (de produto, de processo, de gestão);
- Viabilizou a reorientação estratégica no processo produtivo;
- Diminuiu a rotatividade/custo de recrutamento e seleção;
- Facilitou a integração do trabalho de equipe, inclusive aumentando o grau de satisfação dos funcionários.



Figura 17 – Competências Desenvolvidas – Conceito 1
Fonte: Pesquisa de Campo

A partir da Figura 18, tem-se uma avaliação positiva das competências desenvolvidas sendo as mais lembradas (7) pelas empresas:

- Facilitou atividades de integração da empresa no mercado globalizado, inclusive com aumento de produção;
- Favoreceu a competitividade organizacional;
- Diminuiu a rotatividade/custo de recrutamento e seleção;
- Facilitou a integração do trabalho de equipe, inclusive aumentando o grau de satisfação dos funcionários.

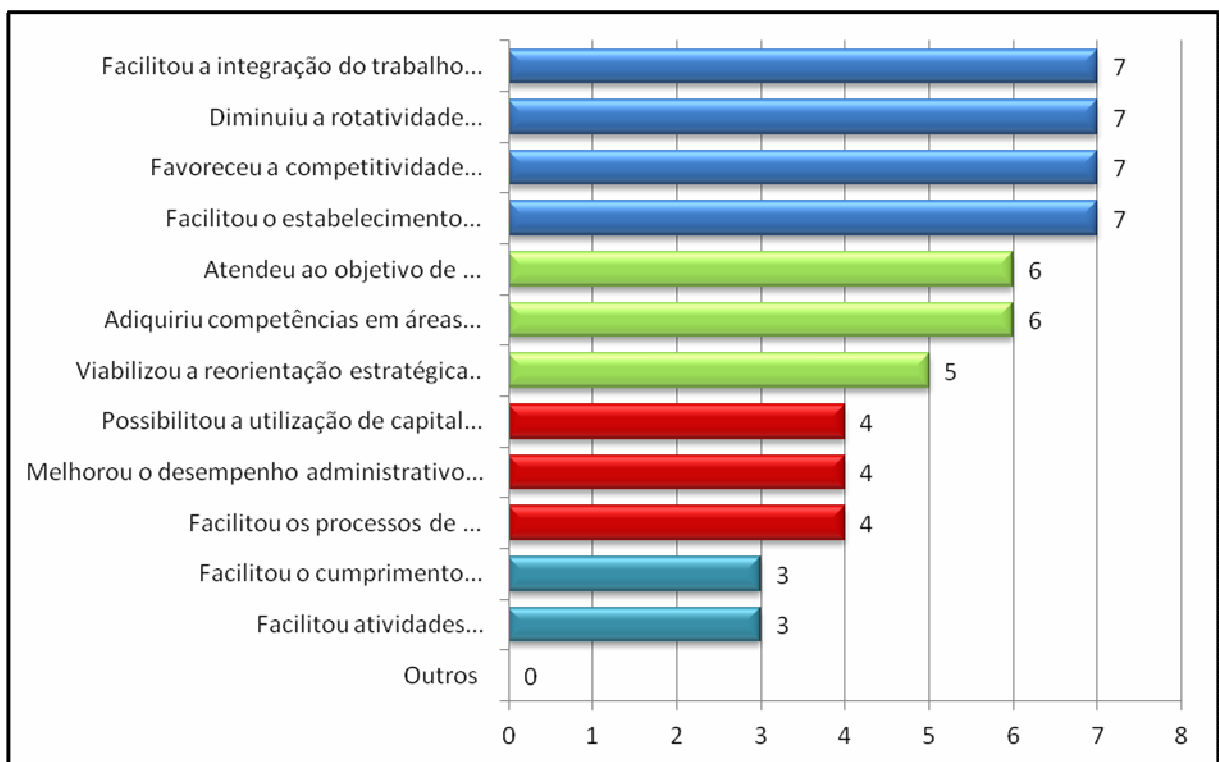


Figura 18 – Competências Desenvolvidas – Conceito 2

Fonte: Pesquisa de Campo

As empresas expressam na leitura da Figura 19 uma preocupação com as habilidades de gestão e interpessoais dos profissionais, em detrimento das habilidades técnicas que, apesar de importante pré-requisito no momento da contratação, foram consideradas habilidades ‘mais fáceis de serem aperfeiçoadas’ dentro da própria empresa.



Figura 19 – Competências Desenvolvidas – Conceito 3

Fonte: Pesquisa de Campo

As contribuições e/ou resultados percebidos pelas empresas a partir da contratação de egresso do curso de administração em agronegócios podem ser assim sintetizadas nos aspectos positivos que seguem:

- Adquiriu competências em áreas técnicas nas quais a empresa não tinha capacitação compatível com a demanda;
- Facilitou atividades de integração da empresa no mercado globalizado, inclusive com aumento de produção;
- Facilitou os processos de inovação (de produto, de processo, de gestão);
- Facilitou atividades de integração da empresa no mercado globalizado, inclusive com aumento de produção;
- Facilitou o cumprimento das metas de planejamento da empresa;
- Favoreceu a competitividade organizacional;
- Viabilizou a reorientação estratégica no processo produtivo;
- Melhorou o desempenho administrativo e comercial da instituição;
- Atendeu ao objetivo de cumprimento do papel social da empresa;
- Melhorou a imagem institucional. Marketing organizacional;

- Diminuiu a rotatividade/custo de recrutamento e seleção;
- Possibilitou a utilização de capital intelectual da instituição para venda de serviços a outras empresas;
- Facilitou a integração do trabalho de equipe, inclusive aumentando o grau de satisfação dos funcionários.

Verifica-se assim que, nos dias atuais, as empresas esperam de um profissional mais do que as habilidades técnicas adquiridas durante o curso superior, esperam que seus funcionários sejam pró-ativos e participem intensamente do cotidiano da empresa, não só na solução de problemas, mas também na visualização de novas oportunidades de negócio.

A identidade existente entre as competências entendidas como necessárias ao desenvolvimento humano e as competências necessárias à esfera da produção, agora organizada segundo o modelo pós-fordista, é também uma das razões que justifica o hibridismo de discursos curriculares (LOPES, 2002, p.397).

Para tanto, são muito importantes os conhecimentos e as habilidades pessoais, como flexibilidade, iniciativa, capacidade para a tomada de decisão, negociação, trabalho em grupo e alto padrão ético, e os relativos à capacidade de expressão e de interação/relacionamento com outros profissionais.

A identificação das competências essenciais, que integra uma estratégia baseada na aprendizagem de uma organização, passa pelo reconhecimento da pertinência e importância de cada indivíduo que a compõe, e a gestão de conhecimento pode cumprir um importante papel nesse sentido (MINTZBERG *et al.*, 2000).

Percebe-se, portanto, que as habilidades e os conhecimentos técnicos tornaram-se secundários se comparados com as qualidades pessoais e a capacidade de se comunicar. Para as empresas de um modo geral, as habilidades e os conhecimentos técnicos requeridos podem ser ensinados pela própria empresa ao profissional durante o seu período de adaptação e de integração na empresa.

É importante a formação de recursos humanos competentes, com um corpo gerencial bem treinado e sintonizado com as peculiaridades da

moderna visão de agronegócio para vencer os desafios impostos pela necessidade de ser competitivo em nível internacional, não só pela exportação de commodities, mas também por produtos com maior valor agregado e garantir o abastecimento interno segundo as necessidades e os anseios do mercado brasileiro (FGV, 2005).

5.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento do agronegócio é uma realidade que salta aos olhos, em face de sua importância na economia do país. Também é fato a existência de demanda por Capital Humano especializado, conforme descrito pela literatura pesquisada.

Comprovou-se através do estudo que um percentual de 40, 8% do total de egressos (76) do curso de Administração com Ênfase em Agronegócio da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu estão atualmente em empresas que têm atividades relacionadas com o setor de Agronegócio ou trabalham em propriedades agrícolas.

Porém para uma análise mais aprofundada sobre a demanda de profissionais capacitados a atuarem no setor na Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC, encontrou-se como principal limitação o pequeno número de egressos para a análise, pois este fator pode influenciar na acurácia das informações obtidas para se obter uma conclusão confiável na pesquisa realizada.

O estudo de caso – embora permita uma verificação completa e profunda das variáveis escolhidas dentro da instituição analisada caracteriza-se por estar limitado à situação estudada, não permitindo a generalização plena de seus resultados e conclusões para outras organizações, como afirma Yin (1990).

Outro fator que pode ter limitado a pesquisa refere-se ao fato da pesquisadora pertencer ao quadro funcional da instituição estudada, podendo gerar certo clima de parcialidade com relação a alguns entrevistados, que podem ou não ter sentido total liberdade para expor as informações de forma imparcial.

Finalizando, como recomendação, fica a possibilidade de outros estudos sobre o tema, visando a análise e a avaliação de outros cursos (medicina veterinária e agronomia) a fim de avaliar a demanda de profissionais qualificados para o setor agropecuário e desta forma mensurar a real dimensão do setor da Região de União da Vitória – PR e Porto União – SC.

Várias propostas de trabalho de pesquisa podem ser apontadas, tais como:

- Desenvolver pesquisas de perfis profissionais específicos, que auxiliem na determinação desde as competências mais genéricas até as mais específicas exigidas na performance daquela profissão;
- Criação de grupos de pesquisa sobre o desenvolvimento de competências nas universidades, que possam estudar as competências relevantes para o desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, e;
- Desenvolver estudos sobre como a noção de competências pode ser implementada nos cursos.

Ainda, acrescenta-se a elas, a relevância de desenvolver estudos investigando questões mais específicas, baseados em competências, objetivando levantar quais os grupos de competências mais relevantes para determinadas regiões do país, com o objetivo de avaliar as melhores formas de se conduzir reformulações no ensino superior brasileiro no que se refere à introdução do uso da noção de competências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo pode-se avaliar a importância da capacitação profissional para o desenvolvimento do agronegócio da região das Gêmeas do Iguaçu, centrado na avaliação dos egressos do curso de Administração em Agronegócio da Uniguaçu e a sua colocação no mercado de trabalho.

A sua realização foi pautada em uma pesquisa bibliográfica e em um estudo de caso na intencionalidade de compilar dados observados por intermédio de estudo direcionado relativos aos egressos do Curso de Administração com Ênfase em Agronegócio, facilitando a busca de informações, bem como a produção de banco de dados para subsidiar consultas relativas a esse campo da economia regional.

A pesquisa aqui apresentada fez um recorte de tempo e atores; a UNIGUAÇU e seus egressos. Como nos macro espaços, também nos micros se percebe nas instituições menores o esforço que vêm sendo desenvolvido com a intenção de minimizar fragilidades e vencer os desafios deste novo cenário.

Percebeu-se que o setor de agronegócio constitui-se em um setor de importância para a economia brasileira, pois produz alimentos, gera empregos, e diversifica e contribui consideravelmente para as exportações brasileiras, sendo uma atividade próspera, segura e rentável.

A evolução da composição do Complexo do Agronegócio confirma que as cadeias do agronegócio adicionam valor às matérias-primas agrícolas nas quais o setor de armazenamento, processamento e distribuição final constituem o vetor de maior propulsão no valor da produção vendida ao consumidor, consolidado na forte rede de interligação entre a agricultura e a indústria.

O desenvolvimento do agronegócio tem trazido resultados positivos e benefícios para a economia brasileira nas duas últimas décadas, como evidencias no primeiro capítulo deste estudo e os benefícios deste crescimento também atingiram a Região do Vale do Iguaçu, superando problemas estruturais, mercadológicos e tecnológicos de toda a ordem e conseqüentemente, criando-se a necessidade de formação de capital humano

qualificado.

Nesta perspectiva e tendo em vista o exposto, sublinha-se o relevante papel do capital humano no crescimento econômico e no desenvolvimento da sociedade, bem como a responsabilidade dos processos educacionais e da faculdade como um todo, na formação de profissionais competentes que venham a atender às demandas deste campo de conhecimento tão complexo e interdisciplinar que é o agronegócio.

O objetivo principal deste trabalho foi de pesquisar o desempenho dos egressos do curso agronegócios nas empresas em que atuam e como estas avaliam sua formação, bem como o impacto de tais conhecimentos no cotidiano destes.

O Curso de Administração em Agronegócio da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu é um exemplo concreto desse período de adaptação às exigências de um mercado em expansão, oferecendo oportunidades de qualificação profissional, através do desenvolvimento de competências.

A grade curricular do referido curso foi reestruturada em 2006 para que, efetivamente, contemplasse disciplinas voltadas às necessidades e especificidades regionais.

Na realidade, muito pouco se tem discutido e implementado nos planos pedagógicos dos cursos no que se refere à habilidades e competências. Esse assunto ainda está restritivo às chamadas áreas, ou disciplinas que contemplam a gestão de pessoas. As faculdades ainda não perceberam a urgência de discutir sobre isso.

Evidenciou-se através das respostas advindas da pesquisa realizada nas empresas de Porto União da Vitória que muito há que se mudar no cenário da educação voltada ao agronegócio e que as questões relativas à gestão de pessoas são essenciais, principalmente no que se referem ao desenvolvimento das habilidades de gestão e interpessoais, as mais valorizadas pelos empregadores. Esse “comprometimento” da universidade precisa ser reavaliado, sob o foco do interesse do próprio mercado.

Neste sentido, acredita-se que é de extrema relevância discutir sobre a formação do acadêmico de agronegócio, a grade curricular deste curso e como as empresas percebem a inserção do egresso no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, o estudo aqui apresentado pretendeu contribuir

nessa discussão. Não na intenção de esgotá-lo, ou propor algo novo, mas sim abrir um prisma de observação, buscando ampliar e aprofundar o debate, discutindo sobre a evolução e a importância do agronegócio, partindo de um recorte a fim de verificar como a oferta em termos de curso de graduação em uma faculdade do interior do estado do Paraná contribuído com a formação de profissionais para atuar nesse segmento, em que cada vez mais tem demandado profissionais qualificados, lembrando que, como destacado neste estudo, todos passam por um período de adaptação: mercado, escolas superiores, profissionais do agronegócio.

Analisar se o ensino superior brasileiro em agronegócios está proporcionando uma formação adequada às necessidades dos vários setores que compõem o setor de agronegócio, o caminho alternativo seria propor ações interventivas. O olhar deve ser estendido para outros cursos de agronegócio, no intuito de comparar pesquisar e compreender melhor toda a estrutura que compõem esse campo do ensino e mercado de trabalho do agronegócio.

É fato e, portanto, devemos reconhecer as reais dimensões dos currículos que envolvem a área de agronegócios e promover uma discussão sobre até que ponto o ensino superior brasileiro, nesta área, está sendo adequado e coerente com as necessidades da demanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALPERSTEDT, C. **Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição**. Revista de Administração Contemporânea (RAC). v. 5, n. 3, set./ 2001.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ARGYRIS, C.; BARTOLOMÉ, F.; ROGERS, C. **Comunicação eficaz na empresa**. Rio de Janeiro: HBC-Campus, 1999.

ARRUDA, Z. A. **Onde está o agro desse negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2007.

BARBOSA, I. M. S. **A demanda do mercado por ensino superior**. 2000. Disponível em: http://www.institutosiegen.com.br/artigos/DEMANDA_MERCADO_ENSINO_SUP.pdf, acesso em 18/09/2009.

BARROS, G. S. C. (org.) **Agronegócio brasileiro: Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento**. 2006. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_1.doc, acesso em 15/09/2009.

BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. B.; SILVA, T. N. **Formação e qualificação de capital humano para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil**. Informe Gepec. v. 11, nº 1, jan/jun, 2007.

BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2006.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. n. 13, junho de 1996.

BORRÁS, M. A. A.; BATALHA, M. O. **Recursos humanos como fator estratégico para o agrobusiness brasileiro**. Revista Preços Agrícolas, n. 146, dezembro, p.8-14, 1998.

BRANDÃO, D. M. S.; CREMA, R. **Visão holística em psicologia e educação**. São Paulo: Summus, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto**

constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CALDAS, R. A. **Agronegócio brasileiro.** Brasília: Ministério da ciência e tecnologia CNDCT/CNPq, 1998.

CAMPOS, R. R.; CARIO, S. A. F.; NICOLAU, J. Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa, cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2003.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI.** Dissertação (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

CIASC. **Porto União.** 2005. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/Portalturismo>, acesso em 10/10/2009.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory.** Cambridge, Massachusetts, and London; Harvard University Press, 1998.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes, E. M. T. et al. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DUTRA, I. S. et. al. A Formação dos egressos de administração e um perfil deste profissional. In: **Revista Angrad.** vol. 3, n. 2, Abr/Jun de 2002.

EPAGRI/CEPA. **Centros de estudos de safra e mercados.** 2002. Disponível em: <http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>, acesso em 23/02/2009.

FAVERO, M. L. **Universidade é poder.** Brasília: Plano, 2000.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Evolução do perfil profissional.** Revista de Agronegócios da FGV, set de 2005.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

FUSCALDI, K. C.; OLIVEIRA, A. C. G. **Crescimento da agricultura brasileira – período de 1996 a 2004.** Revista de Política Agrícola, Brasília, v. 3, n. 3, p.19-32, 2005.

GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. **O financiamento da reforma agrária no Brasil,** Ipea, 1999. (Texto para Discussão n. 652). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_652.pdf, cesso em 10/10/2009.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, H. **Agronegócio & sustentabilidade**. 2007. Disponível em: http://www.nossoambiente.com/index.php?exe=noticia¬icia_id=303, acesso em 15/09/2009.

GUIMARÃES, W. F. R. **Capital humano e desenvolvimento do agronegócio no sudoeste de Goiás**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/conj/conj11/artigo07.pdf>, acesso em 18/09/2009.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 18/02/2009.

_____. **Base de informações municipais: malha municipal digital 2006**. Brasília: IBGE, 2006.

_____. **Dados estatísticos de Porto União**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 10/10/2009.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD 2007)**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1, acesso em 25/09/2009.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Messoregião**. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/inst_municipio.asp, acesso em 15/01/2009.

IPARDES. Ministério da Agricultura. **Agronegócio**. 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>, acesso em 23/01/2009.

LACOMBE, M. **Tecnologia para o agronegócio é realidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.ripa.com.br>, acesso em 18/09/2009.

LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

LAM, D.; LEVINSON, D. **Idade, experiência e diferenciais de renda no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 1990.

LONGHI, A. J. **Ação educativa e agir comunicativo**. Caçador: UnC Caçador, 2008.

LOPES, A. C. **Os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização**. Educação & Sociedade – Revista de Ciência da Educação.

Campinas. v.23, nº 80, p.389-403, Set/ 2002.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo educacional 2000: malha municipal digital do Brasil: situação em 2000**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso em 18/02/2009.

MENEZES FILHO, N. **O mercado de trabalho brasileiro nos últimos vinte e cinco anos**. Disponível em: <http://naercio.insper.org.br/wp-content/uploads/2009/08/o-mercado-de-trabalho-brasileiro-nos-altimos-vinte-e-cinco-anos-2007.pdf>, acesso em 18/09/2009.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégias**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, R. J. Metodologias da reforma agrária: o censo e o projeto Lumiar. IN: COSTA; SANTOS (Org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

NEVES, E. N. **O futuro da educação em agrobusiness em São Paulo**. Revista Preços Agrícolas., n. 146, dezembro, p.15-17, 1998.

NEVES, M. F.; OLIVEIRA, M. A. **Ações de comunicação em organizações do agronegócio**. 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/318.pdf>, acesso em 15/09/2009.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócios**. 2008. Disponível em: http://www.univasf.edu.br/~cprod/disciplinas/Agronegocio_-_Texto.pdf, acesso em 15/09/2009.

PERRENOUD, p.10 **novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002

PINHO, C. M. **Economia da educação e desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo, 1976.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RANIERI, N. B. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. São Paulo: FAPESP, 2002.

RESENDE, E. **O livro das competências: desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para as pessoas, organizações e sociedade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

RIBEIRO, O. **O que é agronegócio**. 2008. Disponível em: <http://www.orlandoribeiro.trd.br/modules/smartsection/item.php?itemid=6>, acesso em 18/09/2009.

RICARDO, P. **O agronegócio**. 2007. Disponível em: Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=oquee>, acesso em 18/09/2009.

ROMANO, R. A universidade e o neoliberalismo. In: **Caminhos**. Belo Horizonte: APUBH, 1999.

ROZEMBAUM, S.; LEITÃO, S. p. **Para um agronegócio sem exclusão**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a07.pdf>, acesso em 10/10/2009

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

_____. Brasil: Oportunidade e Crise no Ensino Superior. In: **Brazil: opportunity and crisis in higher education**. Higher Education. 17, 1, 1988.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas. **Pequenos produtores e empresários rurais da região metropolitana de SP conhecem programa de agronegócios do Sebrae-SP**. 2008. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/noticias/node/2008>, Acesso em: 10/10/2009.

SEMESP. Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. **A Força do Ensino Superior no Mercado de Trabalho**. Disponível em: <http://www.semesp.org.br>, acesso em 18/09/2009.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>, acesso em 16/02/2009.

SOARES, D. H. P.; SESTREN, G. **Projeto profissional: o redimensionamento da carreira em tempos de privatização**. Revista Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 66-74, 2007.

SOBRINHO, J. D. Tendências internacionais na educação superior: um certo horizonte internacional: problemas globais, respostas nacionais. In: ZAINKO, M. A. S.; GISI, M. L. **Políticas e gestão da educação superior**. Florianópolis: Insular, 2003.

TOBIAS, J. A. **Universo: humanismo ou técnica?** São Paulo: Herder, 1969.

VARGAS, L. A. A. **Capitalismo dependente e agronegócio: a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes e suas contribuições para o ambientalismo**. 2008. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luizamericoaraujovargas.pdf, acesso em 10/10/2009.

YARZÁBAL, L. **Consenso para a mudança na educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEILL, P. **Holística: uma nova visão e abordagem do real**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

WIKIPÉDIA. **Agronegócio**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agronegócio>, acesso em 25/09/2009.

ANEXO A – HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

QUADRO DAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM AGRONEGÓCIO DA UNIGUAÇU

Habilidades e competências	Contribuições Observadas	Disciplinas
Compreensão do todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico	B -	TGA Economia Administração de Sistemas de Informação
Marketing	J –	Comunicação e Expressão Métodos e Técnicas de pesquisa
Lidar com modelos de gestão inovadores		Administração Empreendedora. Adm. Estratégica; TGA
Resolver situações com flexibilidade e criatividade diante dos desafios do mercado;	Administração	Gestão Empresarial Técnicas de negociação
Selecionar estratégias e tomar decisões em ambientes turbulentos e de competição acirrada	Administração	Administração Estratégica
Utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos, e dominar conhecimentos técnicos e de análise de mercado financeiro.	Estatística Matemática	Matemática Estatística Administração Financeira. Contabilidade Pública e Gestão de Custos Financeira e Orçamento Público.
Ordenar atividades e programas de forma a possibilitar a decisão entre alternativas, identificando e dimensionando riscos	Administração	Técnicas de negociação Gestão empresarial
Atuar em equipes interdisciplinares e multifuncionais.	Todas	Todas as disciplinas
Integrar a formação do ser e do profissional enquanto agente social	Ciências Humanas	Filosofia Sociologia Psicologia

Habilidades e competências	Contribuições Observadas	Disciplinas
Internalizar os valores de justiça e ética profissional	Ciências Humanas	Filosofia Sociologia Psicologia
Buscar atualização para criar e incentivar mantendo constante relação entre o mercado de trabalho e as novas tendências gerenciais	Marketing Pública Agronegócios	Tópicos Especiais Disciplinas específicas da habilitação.
Planejar e coordenar ações de gestão agro-pastoril, na busca de soluções para a tomada de decisões de implementação de projetos agrícolas, integrando as diversas áreas de atuação	Agronegócios	Uso e Conservação do Solo Agricultura Geral Agroindústria Comercialização Agrícola Zootecnia Silvicultura Administração Rural Economia Agrícola Administração de projetos agrícolas Políticas públicas em Agronegócios Direito Agrário

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – EGRESSOS

Questionário aos Egressos do Curso de Administração em Agronegócios da Uniguaçu

Caracterização Do Entrevistado

Ano de Conclusão: _____ Semestre: () 1º () 2º

Sexo: _____ Idade: _____

Dados Profissionais

1. VOCÊ SE ENCONTRA INTEGRADO NO MERCADO DE TRABALHO:

() Sim () Não

Se você trabalha, indique a natureza da instituição:

() Instituição Pública () Instituição Privada

() Empresa Própria () Autônomo

() ONG () Outra

2. INDIQUE O QUANTO SEU TRABALHO SE RELACIONA COM O SEU CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRESPONDENTE:

() Muito () Razoavelmente

() Satisfatoriamente () Pouco

() Nada

3. CARACTERIZE A FUNÇÃO QUE VOCÊ DESEMPENHA.

() Direção

() Supervisor

() Chefe de Deptº.

() Auxiliar Administrativo

() Serviços Gerais

() Outros

Qual? _____

4 APONTE OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA VOCÊ INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO. MARQUE A(S) AFIRMATIVA(S) QUE SE APLICA(M) A SEU CASO(S):

() Boa formação acadêmica

() Estágio curricular

() Conteúdo das disciplinas profissionalizantes de seu curso

() Treinamento em serviço

() Outra. Qual? _____

5. APONTE OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA VOCÊ SE MANTER NO MERCADO DE TRABALHO. MARQUE A(S) AFIRMATIVA(S) QUE SE APLICA(M) A SEU CASO(S):

() Boa formação acadêmica

() Estágio curricular

() Conteúdo das disciplinas profissionalizantes de seu curso

() Treinamento em serviço

() Outra. Qual? _____

6. O CURSO DE GRADUAÇÃO REALIZADO NA UNIGUAÇU CONTRIBUIU PARA

E PARA O SEU DESEMPENHO/CRESCIMENTO PROFISSIONAL?

- () Muito () Razoavelmente
 () Satisfatoriamente () Pouco
 () Nada

7. ANTES DA SUA GRADUAÇÃO VOCÊ TRABALHAVA?

- () Sim (continue na próxima questão) () Não (vá para questão 11)

8. ANTES DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO QUAL ERA SUA RENDA?

- () Até 1 Sal. Min. () 1 Sal. Min. a 2 Sal. Min.
 () De 2 Sal. Min. a 3 Sal. Min. () Acima de 3 Sal. Min.

9. DEPOIS DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO QUAL ERA SUA RENDA?

- () Até 1 Sal. Min. () 1 Sal. Min. a 2 Sal. Min.
 () De 2 Sal. Min. a 3 Sal. Min. () Acima de 3 Sal. Min.

10. ANTES DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EM QUAL ÁREA VOCÊ TRABALHAVA?

- () Técnico () Comércio () Terceiro Setor
 () Indústria () Agricultura () Prestação de Serviços
 () Não Trabalhava () Cargo Público
 () Outros _____

11. SE MUDOU DE ÁREA, EM QUAL ÁREA VOCÊ ESTÁ ATUANDO?

- () Técnico () Comércio
 () Indústria () Agricultura
 () Cargo Público () Prestação de Serviços
 () Terceiro Setor () Outros _____

11. SE TEVE ALTERAÇÃO SALARIAL, PARA QUANTO SUA RENDA AUMENTOU?

- () Até 2 Sal. Min. () De 2 Sal. Min. a 3 Sal. Min.
 () De 3 Sal. Min. a 4 Sal. Min. () Acima de 4 Sal. Min.

12. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM SEU EMPREGO?

- () Sim () Não

13. PRETENSÃO DE CURSO APÓS TER CONCLUÍDO O CURSO DE GRADUAÇÃO NA UNIGUAÇU, MARQUE A SITUAÇÃO QUE SE APLICA AO SEU CASO:

Curso	Realizado	Freqüentando	Pretendido
Outro Curso De Graduação			
Atualização			
Aperfeiçoamento			
Especialização			
MBA			
Mestrado			
Doutorado			

ANEXO C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – EMPRESAS

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO: ESTUDO DE CASO EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA – PR/SC

Formulário para Coleta de Dados

Dados de Identificação

1.1 Identificação

Nome da Instituição / Razão Social:

Nome do Presidente da Instituição ou Gerente Geral

Endereço

Ramo do Agronegócio:

1.2 Responsável pelas informações

Nome:

Cargo:

Telefones:

E-mail:

Caracterização da Empresa

2. Indicação da(s) área(s) de atuação principal(ais) (Assinalar)	
() Indústria	() Terceiro Setor
() Comércio	() Outras Atividades
() Serviços	
3. Nº de funcionários	
4. Principal(ais) setor(es) em que atua	
5. Área(s) de prestação de serviços	
6. A empresa possui ex-aluno de Administração em Agronegócio da UNIGUAÇU?	
() Sim	
() Não	
7. A contratação do funcionário aconteceu antes de sua formação superior?	
() Sim	
() Não	
8. Tamanho da Empresa / Instituição (Obs.: Indicar, utilizando o critério para definição do porte de empresas com base no nº de empregados, adotado pelo SEBRAE (VER TABELA AO FINAL)	
() Micro	
() Pequena	
() Média	
() Grande	

9. Informe o ano em que tiveram início as atividades da empresa	
10. Como foi criada (assinalar)?	
()	Comprada de terceiros
()	A Unidade foi criada para fins de
()	Outra. Especifique:
11. Quais resultados já podem ser EFETIVAMENTE percebidos a partir da contratação de egresso do curso de administração em agronegócios em sua empresa? (Indique o grau de importância (de 0 a 3) de cada resultado relacionado 0 = Menor importância ou resultado não percebido; 3 = Resultado importante claramente percebido;	
()	Adquiriu competências em áreas técnicas nas quais a empresa não tinha capacitação compatível com a demanda
()	Facilitou o estabelecimento de parcerias com entidades que oferecem formação técnica e acadêmica
()	Facilitou atividades de integração da empresa no mercado globalizado, inclusive com aumento de produção.
()	Facilitou os processos de inovação (de produto, de processo, de gestão)
()	Facilitou o cumprimento das metas de planejamento da empresa
()	Favoreceu a competitividade organizacional
()	Viabilizou a reorientação estratégica no processo produtivo
()	Melhorou o desempenho administrativo e comercial da instituição
()	Atendeu ao objetivo de cumprimento do papel social da empresa
()	Melhorou a imagem institucional. Marketing organizacional
()	Diminuiu a rotatividade / custo de recrutamento e seleção
()	Possibilitou a utilização de capital intelectual da instituição para venda de serviços a outras empresas
()	Facilitou a integração do trabalho de equipe, inclusive aumentando o grau de satisfação dos funcionários
()	Outros. Especifique:

CRITÉRIO PARA CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DE EMPRESAS (SEBRAE, 2009)

Quadro 1 – Classificação de Empresas por Número de Empregados

ME (Microempresa) na indústria, até 19 empregados e, no comércio/serviço, até 09 empregados

PE (Pequena Empresa) na indústria, de 20 a 99 empregados e, no comércio/serviço, de 10 a 49 empregados

MDE (Média Empresa) na indústria, de 100 a 499 empregados e, no comércio/serviço, de 50 a 99 empregados

GE (Grande Empresa) na indústria, acima de 499 empregados e, no comércio/serviço, mais de 99 empregados

ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)